



**DRAMA DOS  
BRASILEIRINHOS  
REFLEXÕES SOBRE ÉTICA  
E SOLIDARIEDADE**

**PEDRO SIMON  
SENADOR**

Brasília – 2005



SENADO FEDERAL

Senador **Pedro Simon**

**DRAMA DOS  
BRASILEIRINHOS**  
*(Reflexões sobre ética e solidariedade)*

BRASÍLIA – 2005

Ilustração da capa: “Pequeno Mendigo”, de Bartolomé Murillo, Museu do Louvre, Paris.

Simon, Pedro.

Drama dos brasileirinhos: reflexões sobre ética e solidariedade/  
Pedro Simon. – Brasília : Senado Federal, 2005

98p.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discurso parlamentar. I.  
Título.

CDD 320.08

## *Sumário*

	<b>Pág.</b>
Apresentação.. .....	5
Drama dos brasileirinhos.....	17
Projeto de criação .....	33
Fé e política.....	49
João Paulo II: unanimidade mundial.....	67
Falecimento de João Paulo II.....	73
Sepultamento do Papa.....	81
Escolha de Bento XVI .....	91

## *Apresentação*

No primeiro semestre de 2005 o Senador Pedro Simon fez vários pronunciamentos que resultaram de suas reflexões sobre as condições sociais brasileiras, sobre ética política, bem como sobre a necessidade de unir, na atividade parlamentar, fé e ação política. Em outros discursos, analisou ainda a impressionante repercussão da morte do Papa João Paulo II, bem como da entronização do Papa Bento XVI. Em dois discursos, tratou da criação em Brasília do Centro Nacional Fé e Política, da CNBB.

Dentre esses pronunciamentos se destaca o do dia 20 de junho, intitulado *Drama dos Brasileirinhos*, em que, usando a imagem de um menino diante de uma loja de instrumentos musicais, Pedro Simon traçou um painel das graves condições em que vive um grande número de jovens brasileiros, mergulhados na miséria, sem apoio das instituições oficiais e sem possibilidades de melhorar de vida:

“De repente, surge à porta da loja um menino maltrapilho: um pé descalço, outro arrastando uma sandália arrebenhada, olhos fixos nos instrumentos de corda: violas, violões e bandolins. Logo, os vendedores da loja transmutaram-se em verdadeiros seguranças, com os olhos fitos naquele menino que se vestia pobrementemente. O garoto permanecia, quase que hipnotizado, diante de um cavaquinho. Olhando-o, parecia transportar-se para um outro mundo. Imaginava-se, talvez, num recital no mesmo ar livre que lhe servia de abrigo nestas noites frias de final de outono. Imaginava-se dedilhando aquele instrumento no meio de uma orquestra, uma orquestra que, certamente, incluiria seus amigos de relento”.

O Senador gaúcho lamentou que, embora sejam contados aos milhões, os brasileirinhos são sistematicamente “excluídos do nosso carro, da nossa casa, do nosso coração, da nossa vida, do nosso País!” Acrescentou que, de outro lado, os maestros da orquestra excludente “somos nós, que teimamos em tocar, apenas, para um público refinado, nas mais requintadas salas de espetáculo. Esquecemos o ar livre, democrático e cidadão”.

Para o Senador gaúcho, é inacreditável que no Brasil ainda se possa conviver com situações e números tão lamentáveis, já que o País ostenta todos os micro-climas do planeta e que, portanto, pode produzir alimentos em grande fartura. E pintou o retrato de um País “onde as terras são consideradas das mais produtivas; onde se estende o

rio mais caudaloso e a maior floresta; as mais belas praias, a mais rica variedade de pássaros e de animais silvestres, flora que a ciência já demonstra ser o futuro da medicina; recursos minerais dos mais nobres, indispensáveis na informática e na corrida espacial. Enfim, um paraíso terrestre aos moldes de uma loja de instrumentos de trabalho, prontos para a orquestração da produção, do emprego e da geração de renda”.

Pouco antes, em 28 de abril, na mesma linha reflexiva, o Senador Pedro Simon fez um longo pronunciamento para analisar as implicações dramáticas do noticiário sobre o ânimo dos cidadãos, tantas são as informações negativas, sobre violência, miséria, fome, destruição, guerra e desperdício. Depois de lembrar que o homem era considerado o ser mais perfeito da criação, Simon disse sentir que, hoje, “esse homem mais parece ser o resultado de uma teoria que eu poderia chamar de teoria da involução da espécie”.

E acrescentou: “Confesso, sinceramente, que, ao folhear os diferentes cadernos que retratam o dia-a-dia deste início do terceiro milênio, pouco ou nada encontro de inspiração para, concretamente, transformar este mundo. Restam-me os meus sonhos. E eles não são poucos. E, apesar de tudo, sinto que eles são factíveis... Esse caminho foi pavimentado pela fé e sedimentado na atuação política. Fé e política: sem eles, eu vegetaria numa vida sem sentido, sem sonhos e sem utopia”.

Analisando especificamente a situação brasileira, o Senador Pedro Simon disse que as novas gerações do País, especialmente depois do regime militar, não conseguiram ainda superar a morte, sem substituição, das grandes lideranças nacionais. De outro lado, juntou, “o fim das utopias levou os jovens à relativização dos seus sonhos: arquitetam projetos de vida que não ultrapassam desejos de consumo, alimentados pela mídia. Essa mesma mídia que substituiu o que era, antes, o esteio da formação ética e humanística dos meninos de então: a família, a escola e a igreja”.

Sem dúvida, um dos fatos mais marcantes do primeiro semestre foi o falecimento do Papa João Paulo II, acontecimento que teve repercussão planetária. Simon destacou que, na era da comunicação instantânea, a humanidade inteira acompanhou, passo a passo, a lenta agonia do sumo pontífice da igreja católica e que, embora a morte fosse esperada, em função da evidente fragilidade da saúde do papa polonês nos seus últimos dias, o mundo foi sacudido pela notícia de seu falecimento.

Para o Senador gaúcho, pode-se dizer, sem medo de errar, que João Paulo II foi o homem mais conhecido da segunda metade do século XX porque seu rosto foi o mais exibido nos meios de comunicação de toda a Terra. O papa polonês foi o grande evangelizador cristão dos tempos modernos, foi o peregrino católico na era das viagens intercontinentais. Desde 1978, quando foi eleito Papa, Karol

Woytila percorreu o mundo em centenas de viagens aéreas levando a mensagem do Evangelho a milhões de pessoas nos mais remotos rincões do universo.

O Papa João Paulo II era um homem extremamente carismático, acrescentou Simon. Por onde passava atraía multidões de fiéis. Além disso, deve-se destacar que ele teve um papel de destaque na queda do socialismo, que começou a ruir na sua Polônia natal. O papa agiu com grande cautela porque movimentos políticos mais bruscos poderiam levar a um impasse mundial.

Karol Woytila foi, de certo modo, também uma figura polêmica, admitiu o Senador. Embora julgado conservador em termos de doutrina – por causa de suas posição diante de temas como o aborto, o homossexualismo e o uso de anticoncepcionais –, o Papa teve amplamente reconhecidas a força e a profundidade de sua fé. De outro lado, ninguém pode negar a importância de seus pronunciamentos em defesa da dignidade humana. Sempre que podia, ele se manifestava a favor de um urgente e necessário resgate dos mais pobres. Em incontáveis ocasiões, pediu perdão por erros cometidos pela igreja. Foi assim com os negros, os judeus, os índios, as mulheres.

Pensador de larga visão, Karol Woytila criticou o excessivo egoísmo dos nossos dias, a mercantilização de todos os aspectos da vida, a banalização do amor e a explosão da violência. Pedro Simon enfatizou que, embora crítico

implacável do socialismo real, que por décadas oprimiu a igreja no Leste europeu, João Paulo II era também extremamente cético em relação ao regime remanescente, o capitalismo, que considerava desumano e brutal.

No dia primeiro de abril, o senador Pedro Simon foi à Tribuna comentar as notícias vindas de Roma sobre o precário estado de saúde do sumo pontífice. Esboçou, então, um retrato de Karol Wojtyła: “O Papa João Paulo II escreveu seu nome na história do nosso País, na história de muitos países, na história da humanidade. Um homem simples, não-italiano, vindo do mundo comunista, chegou ao Vaticano e estabeleceu o seu estilo de governar, o seu estilo de orientar a sua Igreja, o seu estilo de falar, não apenas aos seus fiéis católicos, mas aos seus irmãos do mundo inteiro, uma linguagem de paz, uma linguagem de respeito. Foi às Nações Unidas e lá falou ao mundo inteiro, disse que somos todos irmãos e que, como irmãos, devemos nos dar as mãos, que as grandes nações têm a obrigação de olhar para os que mais precisam, que os bens que temos na Terra são bens que Deus colocou à disposição de toda a humanidade e que sobre eles há uma hipoteca divina. Podemos usá-los, sim, podemos buscá-los para o nosso bem, podemos crescer, podemos desenvolver, mas não podemos fazer isso à custa da fome, da miséria dos outros”.

Depois de lembrar a estadia do papa no Rio Grande Sul, destacando o fato de o povo gaúcho ter-se apaixonado

do pelo pontífice, Pedro Simon disse ser difícil encontrar alguém que tenha alcançado tamanha unanimidade em todo o mundo como Sua Santidade.

Segundo Pedro Simon, ricos e pobres, brancos ou negros, jovens ou velhos, todos aprenderam a conviver até com a imagem do Papa já bastante debilitado, na cadeira de rodas, movendo-se e falando com dificuldade. E acrescentou que todos se emocionaram quando, na praça de São Pedro, o pontífice já não conseguia mais se expressar.

No dia 4 de abril, o Senador Pedro Simon voltou à tribuna para tratar do falecimento do papa. Começou falando do reconhecimento mundial obtido pelo pontífice, admirado por praticantes de todas as religiões. Disse também que não concordava com os que consideravam o papa um conservador, e argumentou: “Se por conservador quer-se indicar aquele que não se afastou dos princípios tradicionais da Igreja, diria que sim, que Sua Santidade foi conservador. Mas, se quisermos empregar a palavra com o sentido costumeiro, de alguém acomodado, despreocupado com o conjunto do universo, este Papa jamais foi conservador. João Paulo II foi humanitário, um homem voltado para todos e, de um modo especial, para os que mais necessitavam”.

Segundo o parlamentar gaúcho, a grande bandeira do Papa era a defesa dos pobres, dos mais humildes. Lembrou que, numa Assembléia das Nações Unidas, onde foi aplaudido de pé, João Paulo II defendeu a tese de que Deus

distribuiu as riquezas no mundo para que todos pudessem viver com dignidade, mas advertiu que havia uma hipoteca social sobre essas riquezas porque cada um de nós é responsável tanto quanto possível pela sorte de seu irmão. “Sua Santidade dizia não entender como algumas nações, riquíssimas, gastassem quantias fabulosas se preparando para guerra. Elas poderiam constituir um fundo para resolver o problema da fome com uma parcela dos recursos gastos com a guerra pelas grandes nações”.

No dia 8 de abril, o Senador Pedro Simon subiu à tribuna para registrar o impressionante sepultamento do papa João Paulo II, evento assistido pelo mundo todo. Disse o Senador: “Chamou a atenção também o fato de ter sido talvez a maior presença de autoridades registrada – presidentes da república, primeiros-ministros, reis – na história moderna da humanidade. Nem na ONU nem em outro lugar se encontrou uma manifestação tão intensa, de representações como a dos Estados Unidos, que é cristão, mas não é católico, como a de Israel, que não é cristão nem católico, como dos muçulmanos, como da Índia, como da China e da Rússia, países de certa forma adversos aos princípios da Igreja Católica”.

O Senador gaúcho declarou-se impressionado com a participação de representantes de todas as crenças religiosas, desde as mais tradicionais, que têm sua existência ao longo dos séculos, até as que surgiram recentemente. E

comentou: “Sejamos claros e sinceros, aquela imensidão que estava ali não cultuava o Papa católico-romano que morreu, mas o homem que encarnou em si as ansiedades de toda a humanidade, o homem que conseguiu se transportar acima de sua igreja, acima de seus princípios da luta pela Igreja Católica, o que é importante e ele fez. Mas não foram sua luta e seu esforço na Igreja Católica que levaram o mundo inteiro a parar, assistir ao seu funeral na televisão ou ir a Roma. Foi a sua caminhada”.

No dia 25 de abril, o senador analisou a escolha do cardeal Josef Ratzinger para suceder Karol Wojtyla. Pedro Simon registrou que no seu primeiro discurso como Papa, o pontífice alemão mostrou-se muito diferente do que aparentava anteriormente. Explicou que, verdadeiramente, ao assumir o papado já se mostrava uma outra pessoa: “Uma coisa é alguém estar ali para julgar, com a responsabilidade de julgar, durante 20 anos, fechado na sua cúpula e vendo o mundo lá longe. Outra coisa é o homem ser papa e olhar para o mundo, principalmente para os que mais precisam, os mais humildes. O papa não tem obrigação de julgar, nem de decidir, mas de olhar para o contexto da humanidade”.

Pedro Simon destacou a humildade do novo Papa que disse que seu programa seria o pensamento do povo, dos bispos. E que se mostrou aberto a escutar a todos os que estiverem a seu redor.

Em outro discurso, no dia 3 de março, o senador destacou a importância da criação – em Brasília, pela CNBB – do Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, que tem como objetivo contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de lideranças inseridas na política, levando-as a uma mais profunda formação em teologia, doutrina social e conhecimento da bíblia.

No discurso, o senador demonstrou sua admiração pela encíclica *Centesimus Annus*, de 1991, do papa João Paulo II. Nela, o então pontífice dizia que o fracasso do projeto comunista já estava previsto na encíclica *Populorum Progressio*. Pedro Simon ressaltou que o papa João Paulo II não exaltava, na outra ponta, a ideologia liberal, que aparentemente havia derrotado o socialismo real. Segundo o senador, baseado em ditames da antropologia cristã, o papa analisa em profundidade temas como propriedade, trabalho e liberdade e admite a economia de mercado, mas com muitas exigências de contrapartida. E acrescentou: “Uma hipoteca social pesa sobre o direito à propriedade. A solidariedade com os desassistidos deve ir além dos gestos pessoais, tem que chegar às políticas públicas. A economia - que não é o centro de tudo - está subordinada à política que, por sua vez, deve estar de acordo com uma filosofia que defenda a dignidade do ser humano”.

Falando especificamente, sobre o Centro Dom Hélder Câmara, o senador gaúcho disse que os temas fé e políti-

ca, cristianismo e ação pública, são um assunto delicado, mas essencial, especialmente num tempo de tantas e tão profundas dificuldades para o ser humano. E comentou: “No caso brasileiro, devemos acrescentar ainda a imensa dívida que esta Nação tem para com seus habitantes mais humildes. Além de todos os grandes problemas universais que nos angustiam – como, por exemplo, o aparente declínio da religiosidade em nosso tempo, paralelamente ao avanço do egoísmo, do ateísmo e do consumismo –, em nossa terra temos que conviver com a fome, a miséria e a falta de perspectivas de ascensão social para uma vasta fatia do povo”.

Para o Senador Pedro Simon, o ser humano de nossos dias é assaltado permanentemente pelo materialismo vulgar, pela pobreza espiritual, pelo individualismo, pela indiferença em relação aos mais pobres, pelo consumismo desenfreado e pela ganância. A situação é dramática, mas ele faz uma ressalva: os intelectuais e os militantes cristãos podem e devem trabalhar para mudar esse quadro. Os políticos cristãos, ajunta, devem colocar sobre os ombros esse encargo e assumir um papel de liderança na batalha. Conclui dizendo que, na sua opinião, o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara “será o espaço privilegiado em que nós, que temos vivência política, poderemos refletir e trocar experiências com nossos irmãos”.

**Lourenço Cazarré**

# *Drama dos Brasileirinhos*

*(Pronunciamento em 20 de junho de 2005)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, dia desses, um amigo me contou uma história que me fez refletir sobre a situação do País dos nossos dias e que me proporcionou, também, uma profunda reflexão sobre o nosso papel de parlamentares, eleitos pelo povo para representá-los num projeto coletivo de construção da democracia, da cidadania e da soberania.

Disse-me aquele amigo que se encontrava no interior de uma loja especializada na venda de instrumentos musicais. Havia, ali, possibilidades de sons e acordes para todos os gostos e todos os bolsos. Das flautas e das marimbas mais singelas, aos mais sofisticados violinos, oboés, contrabaixos, harpas, pianos e vibrafones.

Ficou ele imaginando todos aqueles instrumentos tocados em conjunto, numa praça ao ar livre ou no palco mais requintado de uma sala de espetáculos. Sentia-se transportar para outras dimensões da vida, ao som de uma orquestra, com suas partituras criadas sob inspiração divina. Mas, ali, só havia a imaginação fértil de um amante da música, da música e de seu poder de elevar os homens a patamares quase transcendentais, de levá-los às proximidades de Deus.

Aqueles instrumentos, entretanto, estavam, ali, mudos, sem as mãos e o dom dos homens criados à Sua semelhança.

De repente, surge à porta da loja um menino maltrapilho: um pé descalço, outro arrastando uma sandália arrebentada, olhos fixos nos instrumentos de corda: violas, violões e bandolins.

Logo, os vendedores da loja transmutaram-se em verdadeiros seguranças, com os olhos fitos naquele menino que se vestia pobremente. O garoto permanecia, quase que hipnotizado, diante de um cavaquinho. Olhando-o, parecia transportar-se para um outro mundo. Imaginava-se, talvez, num recital no mesmo ar livre que lhe servia de abrigo nestas noites frias de final de outono. Imaginava-se dedilhando aquele instrumento no meio de uma orquestra, uma orquestra que, certamente, incluiria seus amigos de relento. Talvez ele estivesse imaginando um solo, ou um

duo, ele e Deus, para mostrar o quanto um é semelhante ao Outro. Um, criatura; outro, Criador.

De repente, o menino maltrapilho reuniu toda sua coragem e apanhou, com suas mãos sujas do asfalto, aquele pequeno instrumento, reluzente e afinado. Agora, não só todos os olhos, mas todos os passos dos vendedores-seguranças se dirigiram para aquele fiapo de gente. Sairia ele correndo pela porta? Não, certamente, tropeçaria numa rasteira que o jogaria de volta à calçada, já em posição de mãos à cabeça. Perguntaria ele pelo preço do seu sonho e o devolveria à prateleira fria, até que outras mãos “mais limpas” dedilhassem as cordas de aço?

Não mais que de repente, aquele menino maltrapilho deslizou os dedos sujos pelas cordas esticadas do cavaquinho e, olhos fechados como que em transe, encheu o ambiente com os acordes de “Brasileirinho”.

As pernas apressadas dos vendedores travestidos de seguranças ficaram trôpegas. Os olhos de lince ficaram marejados. Aquele menino maltrapilho, quem diria?, era um verdadeiro brasileiro. E “um brasileiro quando é do choro é entusiasmado, quando cai no samba não fica abafado, e é um desacato quando chega no salão”.

Fico eu, agora, imaginando, o som daquele verdadeiro “hino nacional”, dedilhado por um destes meninos para os quais fechamos, no nosso dia-a-dia excludente, os vidros

dos nossos carros e as portas de nossas bem vigiadas casas. Quantos serão os brasileirinhos, maltrapilhos, dedos sujos de terra, que saberiam – como diz o poeta – fazer “todo mundo dançar a noite inteira no terreiro até o sol raiar?”

São milhões os brasileirinhos excluídos do nosso carro, da nossa casa, do nosso coração, da nossa vida, do nosso País! E, quem são os maestros dessa orquestra excludente, cuja batuta teima em não aceitar artistas de dedos sujos? Somos nós, que teimamos em tocar, apenas, para um público refinado, nas mais requintadas salas de espetáculo. Esquecemos o ar livre, democrático e cidadão.

O povo pode até servir como inspiração para as nossas partituras, as nossas orações e os nossos discursos, mas ele está longe da nossa prática. Ele é chamado, apenas, para montar os nossos palcos, mas não participa, nem da nossa orquestra, nem do nosso público!

É essa cruel realidade que mostra o trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, chamado Radar Social 2005, recentemente divulgado. São quase 54 milhões de brasileiros em situação de pobreza, sobrevivendo com uma renda *per capita* que não passa de meio salário mínimo mensal. Imaginem: meio salário mínimo que, como se sabe, já nem honra o termo, porque, mesmo quando inteiro, é insuficiente para uma vida digna!

São quase 22 milhões de indigentes, sobrevivendo com menos de um quarto de um salário mínimo mensal. Quatro, em cada dez brasileiros, já podem ser considerados numa situação de miséria absoluta!

O Brasil tem algo como 15 milhões de analfabetos acima de 15 anos! São cegos do saber. De cada mil crianças nascidas vivas, 25 não completam o primeiro aniversário: morrem, principalmente, por causas decorrentes da desnutrição. São 6,6 milhões os favelados, 17 milhões moram em casebres abarrotados, com mais de três pessoas por dormitório.

Eu já falei, nesta tribuna, deste país de verdadeiros clandestinos. São milhões os que não existem oficialmente. Nascem em manjedouras, fogem do Herodes dos nossos tempos, que é a fome, e morrem crucificados pelo desdém. Sobrevivem num país anexo. Não têm nome de registro. Nem sobrenome de fato. Têm idade, apenas, de memória. Aparentam ter “tantos anos”, embora o desgaste físico distancie o aparente do real. Na região Norte, a metade das crianças nascidas, quando sobrevivem, não são registradas nos Cartórios de Registro Civil. Essa situação se repete em alguns estados do Nordeste, a despeito de termos discutido, aqui, anos a fio, um novo Código Civil. A despeito, também, da gratuidade dos registros de nascimento. O grande sonho desses brasileiros é o de serem migrantes. Para onde? Para o Sudeste, para as grandes cidades, para as

fronteiras da Amazônia? Não importa, desde que seja para o país oficial!

Todas estas questões, detectadas no documento do Ipea e nos últimos trabalhos sobre a pobreza no Brasil, poderiam dizer respeito a um país pobre em recursos materiais, mas não ao Brasil, essa verdadeira obra-prima do Criador.

É inacreditável que se possa conviver, ainda, com situações e números tão lamentáveis, num País que ostenta todos os microclimas do planeta, onde se pode produzir, no verão, produtos de inverno, e vice-versa. Onde as terras são consideradas das mais produtivas. Onde se estende o rio mais caudaloso e a maior floresta. As mais belas praias, a mais rica variedade de pássaros e de animais silvestres, plantas que a ciência já demonstra ser o futuro da medicina. Recursos minerais dos mais nobres, indispensáveis na informática e na corrida espacial. Enfim, um paraíso terrestre aos moldes de uma loja de instrumentos de trabalho, prontos para a orquestração da produção, do emprego e da geração de renda.

Ocorre que todos esses instrumentos são “tocados” por poucos. Apenas 1,7 milhão de brasileiros abocanham 13,3% da renda nacional, percentual semelhante ao total correspondente aos 50% mais pobres, que somam 87 milhões de pessoas.

Preciso repetir: 1,7 milhão de brasileiros ganham o equivalente à renda de outros 87 milhões! Ou seja, os 10% mais ricos ficam com mais da metade de tudo o que é gerado no País.

Essa loja de instrumentos de trabalho e de produção chamada Brasil é excludente. Como o menino maltrapilho dos pés descalços, a população pobre do País não consegue ter acesso à terra, ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à renda, à vida, enfim.

Como aquele mesmo menino, os brasileiros pobres são vistos como um perigo à propriedade concentrada de tais instrumentos. Atribui-se à pobreza as causas da violência e cria-se um verdadeiro muro da vergonha, a separar ricos e pobres, como que num *apartheid* social que a história mundial tão bem conhece de outras terras, plena de sofrimento e morte.

Quando essa mesma população pobre se organiza e tenta obter instrumentos de trabalho, de renda e de vida, igualmente recebe olhares e atitudes de repressão, como se praticasse, na verdade, arrastões que surrupiam o direito exclusivo dos ricos à propriedade privada dos meios de produção.

Os sem-terra são vistos como vândalos, a despeito do latifúndio. Os sem casa são considerados como se fossem animais de rua, apesar da grilagem rural e urbana. Os sem

saúde morrem nas filas dos hospitais públicos, embora a Constituição lhes atribua o direito à vida, na sua plenitude. São, no entanto, todos, meninos maltrapilhos capazes de abalar a ordem constituída, com seus dedos sujos. Se tocarem em algum instrumento de trabalho, mesmo que para perguntar o preço, receberão, também, a rasteira e a ordem da “mão na cabeça”.

O que não se quer admitir é que essa mesma população pobre, tal e qual o menino maltrapilho, é capaz de tocar, com maestria, todos esses instrumentos. Sabem lavar a terra, sabem deitar sementes ao chão, sabem colher os frutos desta terra benfazeja, sabem produzir o tijolo e erguer as paredes da casa, mesmo que singela, sabem o que é o saber que liberta da escuridão do analfabetismo, sabem, enfim, que o conjunto de tais instrumentos formam a grande orquestra da cidadania. São pobres e analfabetos, não lêem partituras, mas a vida lhes ensinou a tocar de ouvido.

Quem são, afinal, os maestros desta orquestra brasileira, hoje tão desafinada pela corrupção, pela fraude, pela dilapidação do patrimônio público, pela má distribuição de renda, pelo desemprego, pela miséria e pela pobreza, em um país abundante de instrumentos capazes dos melhores acordes de desenvolvimento social e humano?

Somos nós que decidimos pela vida política, exatamente para melhor distribuir tais instrumentos, em nome

da sonoridade que rima cidadania com democracia e soberania.

Eu fico imaginando o engenheiro no acompanhamento de sua obra. Andar por andar, ele se satisfaz, profissionalmente, com a sua construção. O cirurgião que extirpa um tumor, devolvendo ao paciente a esperança de vida. O agricultor que vê a planta nascer, crescer, frutificar e alimentar seus semelhantes. O político que, com seu trabalho honesto, provê, ao seu semelhante, a possibilidade de obter os meios necessários para a construção da cidadania coletiva.

Eu fico, também, imaginando o sentimento do engenheiro que observa sua obra ruir. Do cirurgião que assiste à morte de seu paciente. Do agricultor que não vê a sua semente germinar. Igualmente, do político que vive num país mergulhado em índices de distribuição de renda no rodapé do planeta, pior que outras nações devastadas por sangrentas guerras civis e lutas genocidas.

É esse o sentimento que deve povoar corações e mentes de políticos de trabalho honesto, frente aos números do documento do Ipea: uma sensação de inutilidade do discurso e da prática.

O Brasil buscou, para reger a sua grande orquestra, um maestro que, quando menino, era, também, maltrapilho, pés descalços e, certamente, quando entrava nas lojas

de instrumentos de trabalho, era visto como alguém que poderia causar danos à propriedade concentrada do Nordeste, terra de capitâneas e de coronéis, da indústria da seca e do latifúndio.

Pendurado num pau-de-arara, numa viagem torturante, veio para São Paulo, à procura de outros instrumentos de trabalho e de vida. Mãos sujas de graxa, dedo decepado nas lâminas da lida, era, também, um exímio encantador de turbas. Sabia que, sozinho, jamais seria uma orquestra. Organizou sindicatos, comandou caminhadas da cidadania, fundou um partido político, foi eleito Presidente da República.

Portanto, como maestro, ele sabe do potencial de cada um dos instrumentistas desta grande orquestra chamada Brasil, que já foi chamada de celeiro do mundo.

Pois bem, o Brasil é essa orquestra formada por tocadores exímios, de afinados instrumentos e um maestro que conhece, perfeitamente, todos os acordes. Entretanto, os tais números do Radar Social 2005 não são assim tão musicais para os ouvidos da platéia, dos músicos e do maestro. Da população, da sua representação parlamentar e do Presidente da República. Há, certamente, um problema de escolha de partitura. A música que executamos neste momento parece não ser a mais adequada para a apresentação da orquestra política brasileira.

Há que se tocar, de novo, o “Brasileirinho”. Um projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional, fundado em notas de autores brasileiros, que conhecem, como o Presidente da República, a nossa realidade, as nossas diferenças e os nossos potenciais de desenvolvimento econômico e social. Que todos os brasileiros tenham acesso a instrumentos de produção e de renda, para que possam desenvolver, plenamente, suas habilidades. Acesso à terra, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à cidadania, à vida.

É preciso derrubar esse muro vergonhoso que divide o Brasil em dois. De um lado, o da platéia refinada, do requinte das salas de espetáculos. Do outro, como nas palavras do poeta, os “iguais em tudo na vida”, os que morrem “de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia”.

A partitura política dos últimos anos construiu um país *a latere*, na Sociologia, na Antropologia, na Economia. Pior: no Direito, à medida que o conjunto das leis vale, em tese, para os dois lados do tal muro, mas a sua prática dependente de interpretações moldadas pela conveniência. Com esses dois países, um oficial, outro paralelo, criou-se, também, um Estado igualmente paralelo, marginal: o da corrupção, o da fraude, o do narcotráfico, o da violência.

Não é à toa, por exemplo, que, nas grandes favelas

brasileiras, no País clandestino, a população, muitas vezes, dá maior valor ao traficante que à polícia. É porque, ali, a educação, a saúde, a proteção e outros requerimentos de cidadania são fornecidos pelo tráfico, e não pelo Estado. O aparato policial é visto, deste lado do muro, como defensor do país da ribalta.

O Estado foi posto em segundo plano, também na Economia. Houve um verdadeiro endeusamento do mercado. E, esse deus-mercado, como se sabe, é, também, discriminador, em nome do lucro e da ganância. Do outro lado do muro, o que os economistas dizem ser “o lado escuro do mundo”, o que não consome, o que retira do mercado os recursos “necessários ao investimento”, em nome de gastos que o mercado considera algo assim como “jogados fora”, como o pagamento de aposentadorias e pensões para a população mais idosa, mas que, agora, “não contribui para o lucro”, ou, para se utilizar uma expressão marxista, dela não se pode mais extrair “mais-valia”.

Exemplo típico deste poder do mercado são os comentários que se ouvem nestes momentos de turbulência política, quando a corrupção desfila pelo noticiário. Recentemente, comentarista de renome, da maior rede de comunicação do País, afirmou que tal turbulência não afetará o País enquanto não atingir o Ministro da Fazenda. Não importa, até mesmo, se o maestro errou, ou não, na regência de sua orquestra, ou que ela tenha desafinado. O que importa é

que tal erro não interfira na *performance* do *spalla*. Como se sabe, na ausência do maestro, é ele quem rege. Isso comprova um país comandado pelo mercado, cada vez mais forte, reverenciado e endeusado. Outro, dirigido pelo Estado, cada vez mais frágil, desdenhado e demonizado.

Portanto, para que se inicie a demolição do tal muro da vergonha, que separa os dois Brasis, tal como detectado pelo Radar Social, do Ipea, é necessário que se resgate o Estado brasileiro como formulador de políticas públicas. E isso passa, também, pela revisão de nossa atuação no Congresso Nacional.

Nesta Casa, as questões nacionais são tratadas de forma estanque, isolada, com viés puramente vertical, sem uma contextualização mais abrangente, compreensiva e horizontal. Nós, raramente, discutimos a lógica que alinhava a seqüência de matérias que nos são enviadas pelo Poder Executivo. Na nossa analogia musical, tratamos cada músico em sua apresentação isolada, cada um com uma partitura diferente, sem uma visão de conjunto, de orquestra.

E, convenhamos, nos últimos tempos, o Congresso tem atuado muito mais como agente do mercado do que como formulador de políticas públicas no seu verdadeiro sentido. Por exemplo, votamos a quebra do monopólio do petróleo, a propriedade do subsolo, o conceito de empresa nacional e a lei de patentes, todos esses assuntos de forte

interesse do mercado, sem levar em consideração a forte correlação que existe entre eles.

Um bom exemplo do que ainda virá é o caso da chamada reforma da Previdência Social. Fala-se em uma terceira edição, atingindo, agora, o Regime Geral Público. Ora, não fora a Previdência Social nos moldes atuais, outros 18 milhões de brasileiros se somariam ao contingente revelado pelo Ipea, como sendo pobres absolutos.

Imagine-se, então, se a grande massa de aposentados e pensionistas rurais tiverem cortados os seus benefícios, o que acontecerá com a migração rural-urbana e o inchaço das grandes cidades. Hoje, em quase dois terços dos municípios brasileiros, o total de recursos pagos a aposentados e pensionistas é maior do que o valor que esses mesmos municípios recebem a título de repasse constitucional do fundo de participação. Esses custos e benefícios sociais têm, necessariamente, que ser discutidos por todos nós, quando votamos matérias de relevância para o País.

Como se vê, os instrumentos de produção, de emprego e de renda no Brasil, tal e qual na história da loja de instrumentos musicais, estão disponíveis, à espera de mãos hábeis que possam tocá-los. Há muitos meninos maltrapilhos e homens de mãos calejadas e sujas de terra que poderiam desenvolver o seu engenho e a sua arte nesta grande orquestra chamada Brasil.

O tal menino tocou “Brasileirinho” que, como se sabe, trata-se de um “choro”. Não sei se foi mera coincidência. Eu só sei que, lá pelas tantas, a obra musical de Waldyr Azevedo diz algo assim: “E quando o baile terminou/a turma não se conformou/Brasileirinho abafou”.

Se não há falta de instrumentos, e se os músicos são hábeis, é preciso assumir a batuta!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

# *Projeto de Criação*

*(Pronunciamento de 28 de abril de 2005)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, lerei o pronunciamento, o que não é do meu feitio, mas considero importante fazê-lo dado o momento que estamos vivendo, pois não quero fugir à linha que tracei.

Toda vez que dedico algumas horas à leitura do noticiário, sinto-me um pouco amargurado, contrariado, deprimido mesmo, pelo tanto de problemas que encontramos nas páginas dos jornais brasileiros.

Dia desses, depois de uma dessas penosas leituras, vi-me, em silêncio, quase que conversando com Deus. Eu Lhe confessei que somente a minha fé inabalável continua a manter a minha crença na existência do homem. Pelo menos do ser humano criado à Sua imagem e semelhança. É que as notícias do dia-a-dia são o retrato mais que perfeito

da distância, cada vez maior, entre o projeto divino da criação do universo e o que restou da humanidade depois da evolução dos tempos.

Sempre acreditei na teoria da Criação, segundo a qual o homem é o último e mais perfeito ato do Criador. Mas hoje sinto que esse homem mais parece ser o resultado de uma outra teoria, que eu poderia chamar de teoria da involução da espécie. É que o homem se distanciou do projeto com que foi criado. O homem se distanciou da vontade Daquela que o criou.

Dia desses, numa dessas minhas reflexões costumeiras, também depois de percorrer o noticiário do dia, eu me perguntei como poderia, mesmo na minha pequenez, contribuir na reaproximação do homem com o seu projeto de criação, se é que isso ainda é possível.

Procurei, no meu redor, fatos que me inspirassem nessa vontade de transformar o mundo, para que ele se veja livre das mazelas que teimam em deixar, em nossas salas, a cor do sangue, o cheiro da pólvora e o gosto da morte.

Ainda hoje, bilhões de pessoas passam fome por todo o Planeta, apesar de os grandes celeiros continuarem abarrotados de alimentos. Passam os dias e persiste o drama das crianças sem teto, que vivem nas ruas, caminhantes sem destino em cidades arrasadas pelo ódio e pela ganância.

No Brasil, de certa forma, vivemos hoje uma guerra não declarada, confirmada na violência que ronda nossas esquinas, ruas e avenidas. Acumulam-se as vítimas de balas perdidas e de balas com endereço certo. Como diz aquela música, todos podemos dizer todos os dias: está lá mais um corpo estendido no chão. Estou falando de uma guerra que ceifou a vida dos meninos da Candelária, dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unai, e da Irmã Dorothy, a missionária da Amazônia.

Confesso, sinceramente, que, ao folhear os diferentes cadernos que retratam o dia-a-dia deste início do terceiro milênio, pouco ou nada encontro de inspiração para, concretamente, transformar este mundo. Restam-me os meus sonhos. E eles não são poucos. E, apesar de tudo, sinto que eles são factíveis. Deus, na sua infinita bondade, traçou-me um caminho. Esse caminho foi pavimentado pela fé e sedimentado na atuação política. Fé e política: sem eles, eu vegetaria numa vida sem sentido, sem sonhos e sem utopia.

Tanto na fé como na política, acho que a serpente da tentação, nos nossos dias, é a relativização de Deus e dos mais belos projetos de uma sociedade mais justa, que são reduzidos a essas mesmas concepções políticas e religiosas.

Nunca se matou tanto em nome de Deus. Tanto o presidente do país mais poderoso do universo, que pro-

cura demonstrar ter uma espécie de “telefone vermelho” com Deus, como o terrorista mais procurado, além dos homens-bomba do Iraque e da Palestina, que se explodem em nome de Alá, todos eles, inabaláveis em sua fé, matam e morrem “em nome de Deus”.

Sinto que, na área da ciência política, faltam estudos mais aprofundados sobre as correlações entre o pensamento de governantes dos dias atuais e as idéias que moveram os exércitos de Stalin, ou abriram as válvulas de gás de Hitler.

Alguns homens consideram-se quase deuses. Outros confundem Deus com uma concepção que fazem Dele. Os homens institucionalizam as religiões e as tornam inimigas entre si. Ao se tornarem deuses, os homens passam a falar sozinhos e a não se entenderem. Talvez sem perceber, o mundo constrói hoje uma nova Torre de Babel. “Vamos fazer tijolos e cozê-los no fogo... Vamos construir uma cidade e uma torre que chegue até o céu...”

É assim também na política: quando se cristalizam objetivos de luta com posições partidárias fanatizadas. Colhe-se confusão das línguas, em benefício dos interesses miúdos, que vicejam à sombra.

Tanto na fé religiosa, como na política, é impossível domesticar o absoluto. Deus está além das concepções que Dele somos capazes de fazer. O relativo não é um absoluto

reduzido a pequenas proporções. Por outro lado, o risco de absolutização do relativo é perdermos o rumo, atarracados em nossas posições pessoais, perdendo de vista o imenso horizonte da utopia. Sem esse horizonte, fazemos apenas política de resultados, sob a pecha do “bem da Pátria e da Humanidade” e, pior, “em nome de Deus”.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, as novas gerações, principalmente depois do regime militar, não conseguiram ainda superar essa armadilha. A morte, sem substituição, das grandes lideranças nacionais e o fim das utopias levou os jovens à relativização dos seus sonhos: arquitetam projetos de vida que não ultrapassam desejos de consumo, alimentados pela mídia. Essa mesma mídia que substituiu o que era, antes, o esteio da formação ética e humanística dos meninos de então: a família, a escola e a igreja.

O círculo que unia pais, mães, professores e educadores, promovido pelo amor, deu lugar ao semicírculo, silencioso e apático, de frente para a televisão, patrocinado pelo dinheiro. Ainda sobre a juventude de outrora, mesmo os antigos militantes, a quem muito devemos a democratização do País, hoje se contentam com miudezas, presos à lógica da política de resultados. Vivem no varejo, imaginando-se imperecíveis no que pensam e no que pretendem fazer.

Enquanto isso, vicejam outros sonhos, agora embalados e exacerbados por um *marketing* cada vez mais eficien-

te dessa juventude sem perspectivas e sem diálogo, além da linguagem da violência. E a grande maioria daqueles que se julgam acima do bem e do mal não se digna a assumir a sua responsabilidade e se protegem em torres de marfim. Como na Idade Média, constroem fortificações que se propõem salvadoras de suas próprias peles, mas que, cada vez mais, se parecem com prisões que sufocam.

Haverá ainda horizonte neste mundo de perda de valores básicos? Claro que sim. Se não, o que seria dos nossos sonhos, da nossa utopia? Ao contrário das religiões absolutizantes, não vejo, no horizonte, soluções apocalípticas. Estamos por demais presos ao varejo para imaginar que um “tsunami” político irá nos arrastar para sempre. A expectativa de cinematográficos espetáculos apocalípticos escamoteia o conhecimento dos efeitos de nossas pequenas omissões do dia-a-dia.

A esperança é fundamental. Mas ela somente se tornará realidade para aqueles que saírem da floresta e tomarem a estrada. Só se vê o horizonte da estrada. Do caminho, que é travessia. Não importa a pequenez dos nossos passos, se conseguirmos olhar à frente. Lá estará, sempre, o absoluto. Esse absoluto não pode estar aprisionado em nossas palavras e projetos, por melhores que sejam nossas intenções. Não há esperança sem utopia.

O que fazer, então, numa época que já foi chamada de “era da incerteza”? Como mudar o rumo dos acontecimen-

tos quando já se vaticinou o “fim da história”? Pois bem, neste liminar de novo século e milênio, as incertezas persistem e o noticiário parece demonstrar a idéia de que a história não tem fim. Guerras, fome, miséria, dor. Entretanto, esses fatos e acontecimentos já permitem destacar qual será a essência do contraditório e marcará a era que se inicia. Embora os mesmos conflitos de interesse, os mesmos movimentos libertários e as mesmas crises de toda ordem, a natureza do contraditório mudou. O processo que está em curso não mais opõe nações ou ideologia. O que está em causa é um lento, mas indiscutível e inexorável, processo do conflito de valores.

Ao longo de milênios, a humanidade construiu uma base comum ética que poderíamos qualificar como uma conquista da civilização, do espírito humano. Foram, progressivamente, incorporados valores que se tornaram universais, algum tipo de compromisso comum com o aperfeiçoamento de um estado de coisas e de relacionamento entre os seres humanos que ainda se supunha a idéia da solidariedade.

Temos um destino comum e não é possível a sobrevivência de uns às expensas do sofrimento e do avassalamento de outros. O patrimônio comum da humanidade, seja ele intelectual ou material, não pode ser objeto de apropriação, nem deve ser colocado a serviço exclusivo e singular de uns poucos. Existem direitos humanos funda-

mentais que não podem ser violados e devem constituir o parâmetro básico para a estruturação e o funcionamento da sociedade.

Para a construção desse sistema de valores, é evidente a contribuição das diferentes religiões que dominam o cenário do planeta: cristãos, judeus, islâmicos, budistas e tantas outras que reconhecem a essência do valor da pessoa humana. É em torno desse dado básico que, supõe-se, devam as relações sociais ser, agora, organizadas e estruturadas.

Há, entretanto, um dado básico que coloca em questão todo esse patrimônio cultural da humanidade. As forças emergentes – ou que pretendem tornar-se como tais – aquelas mesmas que vislumbram o fim do processo histórico – caminham em sentido exatamente oposto a toda essa construção milenar.

A exacerbação do individual, o pretense direito a uma certa concepção de liberdade, a busca da satisfação e do enriquecimento material pessoal acabam por contrastar frontalmente os valores que tínhamos como definitivamente incorporados.

Por isso, não é lícito falar em fim da história, pelo menos no sentido que querem dar à frase. Estamos, sim, no limiar de uma nova era, onde um novo tipo de conflito estará a opor pessoas, nações e povos.

Creio ser legítimo afirmar que um embate se avizinha.

De um lado, está o patrimônio cultural e de civilização acumulado ao longo de milênios e que preza nomeadamente o valor humano – seja porque o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, seja porque o destino da humanidade é incompatível com um estado de busca incessante da riqueza pessoal. De outro lado, estão as forças que julgam legítimo prevalecer o direito do mais forte, daqueles que devem herdar e serem os beneficiários dos bens acumulados ou que vierem a ser produzidos.

O século que se inicia, de certo modo, pode ser visto como um tempo de grandes desafios. Desafios que envolvem a involução histórica da humanidade a um estágio de descompromisso com o semelhante *versus* uma evolução no sentido do aperfeiçoamento e aprofundamento de valores que marcam a civilização até aqui construída.

O desenvolvimento das técnicas nos campos da informática, robótica e comunicação tem sido colocado a serviço do aceleração da acumulação e concentração da riqueza no plano universal, acentuando o fosso que separa os ricos dos pobres. Isso significa que os avanços científicos acabam por resultar num incremento da exclusão social.

Paralelamente a esse fenômeno, as forças planetárias emergentes se empenham em restringir, cada vez mais, os poderes inerentes à soberania estatal. Com isso, enfraquecem o potencial de ação do Poder Público na promoção do interesse coletivo. O novo papel que se desenha para o

Estado é o de um agente mantenedor da ordem, por meio da repressão, e promotores de medidas que transferem poder político e econômico para os grandes conglomerados empresariais.

Institucionaliza-se, pouco a pouco, uma ordem internacional, sobretudo no campo econômico, que impede a criação de medidas de defesa do interesse interno coletivo das nações, principalmente as menos desenvolvidas.

A desregulamentação do setor financeiro coloca os Estados à mercê de um frenético movimento especulativo mundial, tornando impossível qualquer medida política que preserve a verdadeira função do setor, que é a intermediação dos haveres e sua alocação prioritária em setores que promovam o desenvolvimento equilibrado.

O avanço sistemático sobre o patrimônio público, por meio das privatizações a qualquer preço, e a transferência da riqueza coletiva, enfraquece o Poder Público, transforma-o refém de forças que obedecem unicamente à lógica do lucro e à acumulação do capital.

A mídia como um todo perde, progressivamente, a sua função informativa, para passar a exercer o papel legitimador dos interesses globalizados.

O mesmo fenômeno alcança o meio intelectual e acadêmico, com o esvaziamento da universidade pública e a incapacidade do Estado de levar a termo uma política de pesquisa

tecnológica e científica capaz de atender ao interesse comum.

Esse estado de coisas vai, sistematicamente, minando as convicções e os padrões éticos de comportamento social, passando a imperar uma situação onde a lei do mais forte e a defesa do interesse pessoal são o único padrão a ser observado. Com isso, tem-se aberto o caminho para práticas de corrupção generalizada e impune.

Como não poderia deixar de ser, o sistema emergente, cada vez mais, precisa recorrer à força militar e policial para preservar os interesses. Parcela crescente da riqueza acaba sendo destinada à sofisticação dos instrumentos de guerra e de destruição.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, todas essas preocupações permitem deduzir que o século que se inicia está marcado por um novo tipo de embate e de conflito de interesses. As forças emergentes pretendendo implementar uma situação única onde a única ação legítima é aquela voltada para o enriquecimento pessoal de uns poucos. Do lado de fora, uma sociedade civil desestruturada e desorganizada, que vê a sua qualidade de vida sendo progressivamente minada e se sente incapaz de reagir, até mesmo por não possuir a exata consciência do processo em curso.

**O que fazer afinal?**

Tamanho tem sido o avanço das forças emergentes, tal é a sua penetração em todos os campos da vida do ser humano, que os homens parecem ter perdido a capacidade de entender o processo a que estão sendo submetidos.

Portanto, o primeiro passo da reação seria a participação ativa num processo de disseminação de tomada de consciência do que está efetivamente a ocorrer. Sem isso, não haverá a menor possibilidade de organizar resistência em defesa dos valores superiores que devem guiar os passos da humanidade.

Essa é a grande oportunidade de construirmos um novo tempo, alicerçado nos mais nobres valores da fraternidade, da cidadania e da soberania. Fé e política não se resumem a catedrais e gabinetes. A pretensos eleitos por Deus e a pretensiosos, mesmo que eleitos pelo povo. Não se deve orar de frente para os altares e de costas para o povo. Nem realizar a política de gabinete, longe do povo e de costas para Deus.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, recentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, por intermédio de sua Comissão Episcopal para o Laicato, veio a criar o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, que funcionará aqui em Brasília.

A criação do Centro Nacional Fé e Política Dom Hél-

der Câmara tem como seu objetivo primordial contribuir para a formação de lideranças inseridas na política. O que se quer é que, a partir daqui, as lideranças cristãs tenham uma mais profunda formação em teologia, doutrina social e conhecimento bíblico. No fundo, o que se pretende é que essas lideranças tenham papel de protagonismo na construção de uma nova sociedade, mais justa, democrática, solidária e plural.

Não pode haver objetivo mais nobre. Sempre achei que era preciso unir mais a atuação política e o pensamento cristão, levando em conta os valores do Evangelho e a doutrina social da Igreja. Essa reflexão é fundamental para que, depois, coloquemos esse aprendizado em prática. Na política, são tantos e tão graves os assuntos a que nos dedicamos, que a nossa tendência é nos concentrarmos apenas no mais imediato, no mais concreto, no material.

Recordo que o grande líder cristão que foi Dom Hélder Câmara pregava não desejar “que a Igreja fique, apenas, no uso das palavras. O dividir o pão, do rito religioso, não deve ser apenas um discurso, mas uma realidade”.

Como disse também o Papa João Paulo II, “não pode haver, na sua existência, duas vidas paralelas: por um lado, a vida chamada ‘espiritual’, com seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida ‘secular’, ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do engajamento político e da cultura”. Portanto, fé e política são elementos que se atraem.

A razão para a instituição deste Centro pode ser encontrada, quem sabe, no capítulo bíblico que trata da Torre de Babel. Os seus passos, entretanto, como contraponto, podem estar num dos capítulos do livro “Atos dos Apóstolos”: “Quando ouviram o barulho, todos se reuniram e ficaram confusos, pois cada um ouvia, na sua própria língua, os discípulos falarem. Espantados e surpresos, diziam: esses homens que estão falando, não são todos galileus? Como é que cada um de nós os ouve em sua própria língua materna? Entre nós há partos, medos e elamitas; gente da Mesopotâmia, da Judéia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frigia e da Panfília, do Egito e da região vizinha de Cirene; alguns de nós vieram de Roma, outros são judeus ou pagãos convertidos; também há cretenses e árabes. E cada um de nós em sua própria língua os ouve anunciar as maravilhas de Deus”. Em contraponto a Babel, onde pequenos “absolutos” não conseguiam se comunicar porque falavam uma língua que era só deles, o Cenáculo dos Atos nos apresenta homens de fé que não se acreditam donos da verdade e, por isso, sabem se postar diante do Absoluto que os ultrapassa e os faz falar a mesma língua. Mister se faz voltarmos a aprender e a ensinar esse antigo idioma.

Louvados sejam todos os participantes desse novo Centro. Haverá, certamente, aqueles que, de fora, caçoarão e dirão: “Eles estão embriagados com vinho doce”.

Não se importem: doravante, as ações praticadas nesta nobre missão também serão atos de apóstolos.

Essa iniciativa da CNBB vem ao encontro do que defendi ao longo deste pronunciamento. Temos de, cada vez mais, refletir profundamente sobre a encruzilhada em que nos encontramos. De um lado, a espiritualidade, a solidariedade, o amor e a colaboração. De outro, a ganância, o ódio, a indiferença e a insensibilidade. Temos de trazer essa discussão para a arena política do nosso País. É isso que penso.

Venho, em grande hora, de um grande movimento, de um grande debate. Vamos nos reunir todos, independentemente de idéias, de religião, do partido político. Aqueles que crêem numa sociedade humana, de formação real, aqueles que são contra o absolutismo, aqueles que defendem a verdade estão convocados para fazer deste milênio um milênio de paz, de ordem, de respeito, de carinho, em que as misérias diminuam e o bem social termine por vencer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

# *Fé e Política*

*(Pronunciamento feito no dia 3 de março de 2005)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, convidado pela Comissão Episcopal para o Laicato, fui, no dia 21 de fevereiro, à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília, para a cerimônia de instalação do Centro Nacional Fé e Política Dom Helder Câmara.

Trata-se de uma entidade que terá como meta central contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de lideranças inseridas na política, levando-as a uma mais profunda formação em teologia, doutrina social e conhecimento da *Bíblia*.

Foi uma bela solenidade. Estavam lá reunidas expressivas lideranças da Igreja Católica no Brasil, como o Presi-

dente da CNBB, Dom Geraldo Majella Agnelo; o nuncio apostólico e representante do Vaticano, Dom Lorenzo Baldisseri; e o Secretário-Executivo do Centro, Padre José Ernani Pinheiro. Entre as lideranças políticas estavam os Ministros Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social – que fez um belo pronunciamento, de grande profundidade – e Waldir Pires, da Controladoria-Geral da União. Entre os Parlamentares, eu destacaria a presença do Senador Marco Maciel.

Como o pronunciamento que fiz naquela oportunidade tem tudo a ver com a atividade política – já que seu título era Fé e Política –, peço à Presidência do Senado a sua transcrição nos Anais desta Casa.

### **Eis a íntegra do documento:**

“Meus irmãos, é uma honra e uma alegria participar deste importante evento, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, através da sua Comissão Episcopal para o Laicato, veio a criar o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara. Creio que certamente, no futuro, esta será uma data importante na história do Brasil.

A constituição do Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara tem como seu objetivo primordial contribuir para a formação

de lideranças inseridas na política. Quer-se que, a partir daqui, as nossas novas lideranças tenham uma mais profunda formação em Teologia, doutrina social e conhecimento da *Bíblia*. No fundo, o que se pretende é que essas lideranças tenham papel de protagonismo na construção de uma nova sociedade, mais justa, democrática, solidária e plural.

Digo que não poderia haver objetivo mais nobre. Sempre achei que era preciso unir mais a atuação política e o pensamento cristão, levando em conta os valores do Evangelho e a doutrina social da Igreja. Essa reflexão é fundamental para que, depois, coloquemos esse aprendizado em prática. Na política, são tantos e tão graves os assuntos a que nos dedicamos que a nossa tendência é nos concentrarmos apenas no mais imediato, no mais concreto, no material.

O nosso Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara vai também incentivar os grupos já existentes no País e que examinam e estudam a intercessão de temas tão relevantes. Outra meta das mais importantes é a formação de assessores para as comunidades, entidades e organizações sociais. Eu destacaria, também, o

fato de que, aqui, serão fortalecidas as pastoraes sociais, os movimentos eclesiais e outros organismos da Igreja que tenham atuação no campo político.

Quando juntamos esses dois temas, fé e política, cristianismo e ação pública, estamos tratando de um assunto delicado, mas essencial, neste nosso tempo de tantas e tão profundas dificuldades para o ser humano. No caso brasileiro, devemos acrescentar ainda a imensa dívida que esta Nação tem para com seus habitantes mais humildes. Além de todos os grandes problemas universais que nos angustiam – como, por exemplo, o aparente declínio da religiosidade em nosso tempo, paralelamente ao avanço do egoísmo, do ateísmo e do consumismo -, em nossa terra temos que conviver com a fome, a miséria e a falta de perspectivas de ascensão social para uma vasta fatia do povo.

Vivemos hoje num mundo assolado pelo materialismo vulgar, pela pobreza espiritual, pelo individualismo, pela indiferença em relação aos mais pobres, pelo consumismo desenfreado e pela ganância. A situação é dramática. Mas acho que os intelectuais e os militantes

cristãos podem e devem trabalhar duro para mudar esse quadro. Já os políticos cristãos, creio eu, devem colocar sobre os ombros esse encargo e assumir um papel de liderança nesta batalha. O Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara será o espaço privilegiado em que nós, que temos vivência política, poderemos refletir e trocar experiências com nossos irmãos.

Uma entidade como o nosso Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara é essencial para que os brasileiros discutam sobre a permanente necessidade de se buscar uma vivência mais íntegra, voltada para a caridade e para a solidariedade. Estou seguro de que registraremos grandes avanços aqui. Neste nosso Centro, muitos encontrarão ou verão reforçados os argumentos que os motivarão para a luta por mais justiça. Uso a palavra justiça no seu sentido mais amplo.

Preparando-me para esta reunião, reli trechos de algumas encíclicas e descobri, na abertura da recente encíclica *Fides et ratio*, do nosso querido João Paulo II, um texto que, de certa forma, me lembrou o que será realizado aqui neste Centro. Diz o Papa: “A fé e a

razão (*Fides et ratio*) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de conhecer a Ele, para que, conhecendo-O e amando-O, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio”.

Meus irmãos, temos que estudar com profundidade a realidade social brasileira. É essa reflexão que nos guiará na nossa atividade cotidiana, seja ela política ou não. Pode-se dizer que as nossas experiências são resultado do acúmulo de dois mil anos de estudo daqueles que têm o olhar mais aguçado para verificar as contradições do mundo, daqueles que têm a alma mais fortalecida, o coração mais generoso. A doutrina social da nossa Igreja é um verdadeiro manancial de ensinamentos em defesa da dignidade da pessoa humana. Com seus cursos, seminários, encontros e publicações, o Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara vai contribuir para que cada vez mais nossos militantes cheguem a esse manancial.

Neste ponto, quero fazer um breve comentário. Penso que, de um modo geral, nós, pessoas

do século XXI, estudamos pouco. E, quando estudamos, não alcançamos a profundidade necessária. Vivemos hoje uma vida muito movimentada. O mundo exige de nós que nos mantenhamos em agitação o tempo todo. Estamos na chamada era das comunicações. Nunca estamos sós. Há sempre um computador, uma televisão, um rádio, um aparelho de som por perto. Seja em nossa casa, seja no ambiente de trabalho, não temos mais o silêncio necessário ao recolhimento, ao recolhimento reflexivo, ao recolhimento que dá frutos. Mas, julgo que aqui, no nosso Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara, teremos um cenário ideal para o debate e para a reflexão. Uma reflexão que, claro, deverá resultar numa prática mais intensa, numa dedicação maior ao trabalho pelos nossos irmãos mais necessitados.

No livro intitulado *As Três Cidades*, o Padre Patrick de Laubier lembra que Aristóteles distinguia três tipos de justiça: a Justiça política, a Justiça social e a Justiça civil. E, a seguir, explica Laubier: “Apenas com Justiça política, ter-se-ia um regime totalitário. Somente com Justiça social, ter-se-ia um regime de corporações e de

grupos de pressão. Presente tão-só a Justiça civil, o sistema seria puramente liberal.”

E acrescenta o Padre Patrick de Laubier: “A doutrina social da Igreja retoma essas três dimensões da Justiça, tornando possível sua elevação a um plano em que a amizade política é sustentada por um amor mais desinteressado: o da caridade!”.

Com a palavra caridade chegamos ao centro da doutrina social da Igreja.

Nós, cristãos, somos movidos pelo amor ao próximo. Nós, cristãos, vivemos para partilhar e compartilhar nossas experiências, nossos conhecimentos e nossos bens.

O cristão é levado desde o início de sua formação a buscar, sempre, em qualquer circunstância, o bem comum. Queremos buscar uma vida melhor, sim, mas que seja uma vida melhor para todos. Isso é o que dá brilho à doutrina da nossa igreja. Temos que ser cidadãos participantes, interessados em que a vida seja melhor – ou menos sofrida para todos os que nos cercam, na nossa cidade, no nosso país, no universo.

A sociedade brasileira precisa colocar em lugar de destaque a solidariedade. O que é a solida-

riedade? Ela nada mais é do que o princípio da partilha, que os Santos Padres colocaram no âmago do pensamento social da nossa Igreja. O ser solidário é justamente o contrário do ser indiferente. Ele se preocupa pelos que sofrem e, mais do que isso, trabalha para que lhes sejam amenizados os males.

Diz o Padre Laubier que, a partir de 1975, o Papa Paulo VI profetizou uma civilização do amor, que se estenderia pela terra toda. Hoje, o Papa João Paulo II luta para concretizar essa civilização do amor, calcada nos valores cristãos. Tem feito isso com grande clarividência, com grande amor, com grande empenho. Apesar, é claro, da realidade que está aí diante dos nossos olhos, uma realidade triste, constrangedora, uma realidade em que parece imperar a cultura da violência.

Nesta minha breve intervenção, quero destacar aqui – muito rapidamente – a importância de algumas encíclicas que foram fundamentais para a atual configuração da nossa doutrina social.

Há um verdadeiro consenso sobre a mais célebre das encíclicas de Leão XIII: a *Rerum Novarum*, de 1891. Foi ela que lançou as bases da nossa moderna doutrina social. Ela re-

flete com sabedoria sobre as profundas modificações que sofriam as estruturas econômicas e sociais no final do século XIX. Já naquela época, a encíclica fazia restrições ao socialismo e, na outra ponta, ao capitalismo liberal. Leão XIII diz que só na justiça haverá paz e condena as duas tendências extremas de só se olhar os problemas terrenos ou de só se olhar para uma salvação extraterrena.

Vou dar um grande salto na história para falar de João XXIII, o Papa que nos deu, em 1961, a *Mater et Magistra*; e, em 1963, a *Pacem in Terris*. A primeira encíclica retoma o pensamento de papas anteriores e os atualiza diante dos novos elementos da vida social. Já a *Pacem in Terris* está centrada nos direitos e deveres do homem, na natureza da autoridade política e no bem comum em nível universal.

Entre as seis encíclicas de Paulo VI, eu destacaria a *Populorum Progressio*, que trata diretamente de questões sociais. Embora seja impossível resumi-la, pode-se afirmar que, na sua primeira parte, ela expõe os princípios para o desenvolvimento do homem. Na segunda, especifica as ações para que se obtenha um desenvolvimento solidário da humanidade.

Por fim, queria mencionar aqui, também brevemente, a encíclica *Centesimus annus* – de 1991, já no papado de João Paulo II – que apresenta uma notável explicação da mensagem social cristã. Trata-se da encíclica que vem exatamente cem anos depois da *Rerum Novarum* para tratar dos mesmos temas, mas à luz das principais modificações que ocorreram nos campos da política e da economia no final do século XX.

Nesse documento, o nosso atual papa mostra que o fracasso do projeto comunista já estava previsto na *Populorum Progressio*. Mas não exalta a ideologia liberal. Segundo a antropologia cristã, ele analisa temas como propriedade, trabalho e liberdade. A economia de mercado é admitida, mas com muitas exigências de contrapartida. Uma hipoteca social pesa sobre o direito à propriedade. A solidariedade com os desassistidos deve ir além dos gestos pessoais, tem que chegar às políticas públicas. A economia – que não é centro de tudo – está subordinada à política que, por sua vez, deve estar de acordo com uma filosofia que defenda a dignidade do ser humano.

Sobre essas encíclicas é que temos de refletir. E isso será feito com profundidade aqui no nosso Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara.

Meus irmãos, tratando brevemente de política, eu diria que no centro da nossa atividade se encontra a palavra Ética. Eu diria mais: Ética na Política é o tema mais importante da nossa agenda nacional. Minha vida pública tem sido um combate incessante em defesa da ética na gestão pública, da ética na política. E a minha formação cristã tem sido o meu farol nessa travessia.

Para que se imponha definitivamente a Ética no centro da consciência política desse País, temos que lutar incessantemente pelo fim da impunidade. Infelizmente, como se sabe hoje, as pessoas que praticam grandes crimes contra o patrimônio público raramente são punidas. Por isso, os crimes se repetem. Sempre digo e repito: no Brasil, só ladrão de galinha vai para a cadeia. Para os poderosos, a impunidade ainda é a regra.

A grande novidade no campo da Ética na seara política é que o povo brasileiro não aceita mais conviver pacificamente com a corrupção.

Por meio de suas muitas organizações, o povo agora exige apuração e punição dos envolvidos. Mas, apesar de tudo, sou otimista. Acho que estamos no começo de um caminho que nos levará a uma situação melhor. Temos muito pela frente, mas já começamos a caminhar.

O centro da minha atividade política me foi dado pela minha educação cristã. Sem dúvida, vem dela toda a minha inclinação para lutar, com decisão, pelo bem comum. Foi a minha crença religiosa que me impulsionou a lutar, sempre, pelos mais necessitados.

No momento, eu diria que nossa luta política mais imediata deve ser por maior justiça social. Temos hoje um terço da população brasileira vivendo em situação de miséria. Isso é inaceitável.

Liberdade e justiça social são as duas palavras que têm movimentado a minha ação política. Solidariedade, amor, generosidade e tolerância são os conceitos cristãos que me orientam desde que ingressei na vida pública até hoje. De onde busquei essas motivações? Da minha família, da minha preparação religiosa, dos meus mestres.

Entre esses mestres, eu gostaria de destacar a figura ímpar do Senador Alberto Pasqualini, um dos maiores homens públicos que o Rio Grande do Sul já produziu. Jovem ainda, estudante, tive contato com Pasqualini. Era ele um homem de forte sentimento religioso e dono de vasta erudição. Foi ele quem elaborou a teoria do trabalhismo brasileiro. Com ele, tive minha iniciação na política.

Hoje, tenho consciência que Alberto Pasqualini foi um homem muito à frente do seu tempo. Certa vez, disse ele: “Devemos considerar o capital e a propriedade como uma espécie de delegação ou mandato da sociedade ao indivíduo para o fim de desenvolver o bem-estar econômico e social”. E mais adiante acrescentou: “Entre o capitalismo individualista e a supressão do capital privado, há uma posição intermediária na qual nos colocamos e em que se procura considerar a empresa – isto é, a conjugação dos fatores da produção – como uma comunhão de interesses que devem ser tratados com equidade na partilha de benefícios”.

Meus amigos, quero, ainda, dizer umas poucas palavras sobre o homem que dá nome a este Centro, Dom Hélder Pessoa Câmara, um

dos líderes da nossa luta pela redemocratização do Brasil. Foi ele o cidadão brasileiro que mais sofreu o rigor da censura. Mas a muralha de silêncio que a ditadura tentou erguer em torno de Dom Hélder só o fortaleceu. Além de dezenas de importantes prêmios que recebeu em todo o mundo, o religioso nordestino chegou a ser indicado, em 1970, para receber o Prêmio Nobel da Paz. Dom Hélder Câmara foi um dos criadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, depois, da Campanha da Fraternidade.

Leio trechos do mais conhecido livro de Dom Hélder, que tem um título sugestivo: “O Deserto é Fértil”.

### **Escreveu Dom Hélder:**

“Quem vive em áreas onde milhões de criaturas humanas vivem de modo subumano, praticamente em condições de escravidão, se não tiver surdez de alma, ouvirá o clamor dos oprimidos. E o clamor dos oprimidos é a voz de Deus.”

“Quem vive em países desenvolvidos e ricos, onde existem zonas cinzentas de subdesenvolvimento e de miséria, se tiver antenas espirituais, ouvirá o clamor silencioso dos sem-vez e

sem-voz. E o clamor dos sem-vez e sem-voz é a voz de Deus.”

“Quem é despertado para as injustiças geradas pela má distribuição da riqueza, se tiver grandeza d’alma, captará os protestos silenciosos ou violentos dos pobres. E o protesto dos pobres é a voz de Deus.”

“Quem acorda para as injustiças nas relações entre países pobres e impérios capitalistas ou socialistas, nota que, em nossos tempos, as injustiças já não ocorrem apenas entre indivíduos e indivíduos ou entre grupos e grupos, mas entre países e países. E a voz dos injustiçados é a voz de Deus.”

Meus irmãos, quero encerrar essa breve participação mais uma vez elogiando essa grande iniciativa, que foi a criação do Centro Nacional Fé e Política Dom Hélder Câmara. Ele é importante porque só agindo e pensando em torno dos ideais cristãos o homem encontrará o verdadeiro bem comum, não o bem comum para um só país, ou para um só povo, mas sim o bem comum para a humanidade inteira. Os ensinamentos cristãos são a mais límpida fonte de respostas para grande parte dos problemas contemporâneos.

Para encerrar esta palestra, quero ler aqui a oração da Campanha da Fraternidade deste ano de 2005, que li numa igreja de Porto Alegre e que muito me emocionou, especialmente levando em conta o brutal assassinato da irmã Dorothy Stang, no Pará.

*Ó Senhor, Deus da vida, que cuidas de toda criação, dá-nos a paz!*

*Que a nossa segurança não venha das armas, mas do respeito.*

*Que a nossa força não seja a violência, mas o amor.*

*Que a nossa riqueza não seja o dinheiro, mas a partilha.*

*Que o nosso caminho não seja a ambição, mas a justiça.*

*Que a nossa vitória não seja a vingança, mas o perdão.*

*Desarmados e confiantes, queremos defender a dignidade de toda criação, partilhando, hoje e sempre, o pão da solidariedade e da paz.*

*Por Jesus Cristo, teu Filho divino, nosso irmão, que, feito vítima da nossa violência, ainda do alto da cruz, deu a todos o teu perdão.*

*Muito obrigado.”*

# *João Paulo II: Unanimidade Mundial*

*(Pronunciamento em 1<sup>o</sup> de abril de 2005)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero manifestar, aqui, a angústia que trago no peito com as notícias que vêm de Roma. Na verdade, a última informação que recebi, antes de subir à tribuna, foi de que o cardeal encarregado de anunciar ao mundo a morte do Papa – que isto não aconteça – já estaria no Vaticano e de que as condições de Sua Santidade são realmente muito graves.

O Papa João Paulo II escreveu seu nome na história do nosso País, na história de muitos países, na história da humanidade. Um homem simples, não-italiano, vindo do mundo comunista, chegou ao Vaticano e estabeleceu o seu estilo de governar, o seu estilo de orientar a sua Igreja, o seu estilo de falar, não apenas aos seus fiéis católicos, mas

aos seus irmãos do mundo inteiro, uma linguagem de paz, uma linguagem de respeito. Foi às Nações Unidas e lá falou ao mundo inteiro, disse que somos todos irmãos e que, como irmãos, devemos nos dar as mãos, que as grandes nações têm a obrigação de olhar para os que mais precisam, que os bens que temos na Terra são bens que Deus colocou à disposição de toda a humanidade e que sobre eles há uma hipoteca divina. Podemos usá-los, sim, podemos buscá-los para o nosso bem, podemos crescer, podemos desenvolver, mas não podemos fazer isso à custa da fome, da miséria dos outros.

Falou o papa, e foi a primeira pessoa, a primeira autoridade que falou assim, e hoje já são muitos os que o repetem. Falou da obrigatoriedade das grandes nações, de as nações ricas se comprometerem com o problema da miséria, com o problema da fome, com o problema da injustiça social. Chamou ele a atenção para o absurdo de, em uma época de paz como a que estamos vivendo, terminada a Guerra Fria, gastar-se em armamentos. E aquilo que se gasta em armamentos seria mais do que suficiente para resolver o problema da fome no mundo. A grande verdade é que parece que os homens se esqueceram de Deus, parece que se esqueceram de olhar para os lados. A vida é tão agitada! É tão difícil para alguém da classe média e da classe pobre, com dignidade, que tem trabalho, ir à luta para se manter, para sobreviver, que às vezes não

temos tempo de olhar para o lado, não temos tempo de ver que somos irmãos e que esta é uma caminhada que temos que fazer juntos para que tenhamos êxito.

Foi neste mundo cruel e injusto que João Paulo II desenvolveu o mais longo período de um papa, que, com bondade, com amor e com fé, governou para todos. Ele foi a Israel, foi ao Oriente Médio e apelou pela paz, que parece estar chegando agora. Falou aos árabes, aos católicos, aos maronitas, aos muçulmanos e aos irmãos israelitas, pedindo que Jerusalém fosse considerada uma cidade internacional, que Israel fosse respeitado em seu direito de liberdade e de soberania pelos países árabes, e que os palestinos também tivessem direito à sua pátria.

O Papa esteve no Brasil. É impressionante como o Rio Grande do Sul se apaixonou por Sua Santidade, que tomou chimarrão, colocou um pala de gaúcho e disse: “Tchê, o Papa é gaúcho.” E os gaúchos enlouqueceram. É a figura mais marcante na história do Rio Grande do Sul.

Lembro-me também de sua visita à Esplanada dos Ministérios. Lembro-me de quando, Governador do Rio Grande do Sul, tive a emoção maior da minha vida. O Arcebispo Dom Cláudio convidou-me a acompanhá-lo em sua ida a Roma a fim de trazer a estátua de Nossa Senhora Mãe de Deus, que o Papa doava a Porto Alegre, para ser colocada no Santuário da Madre de Deus.

Sou muito sincero, não porque sou católico ou porque sou cristão, mas a fisionomia do papa, a maneira de falar, a bondade de expressar, no momento em que benzeu aquela estátua, que a entregou, ele se lembrou: “Olha, o Papa é gaúcho, não se esqueçam!”.

E falando com outras pessoas que tiveram a oportunidade de ter uma audiência pessoal com o Papa, todos dizem realmente isso: “Ele tem os dons do Espírito Santo em si”. Ele é uma figura que está vivendo uma vida já espiritualizada. E é bom para quem sofre, é bom para quem tem uma dor, uma tristeza, uma mágoa, olhar o sofrimento do papa. Um homem atleta, acostumado a nadar, esportista, um homem de uma saúde espetacular, que sofreu um atentado, e fez questão, depois, de visitar na cadeia quem cometeu o atentado, e de perdoar. Nunca mais foi o mesmo. Sua saúde foi decaindo, decaindo...

Ele poderia renunciar – há, dentro da Igreja, a perspectiva de uma renúncia –, mas responde que sua obrigação é, enquanto agüentar, ficar.

E é então que nós nos perguntamos: “Se Deus existe, se Ele é bom e se existe para fazer o bem, por que uma pessoa como Sua Santidade o Papa vive tremendo sofrimento, de tanto tempo?”. É que temos que entender que nosso Deus nos reserva, efetivamente, uma vida além desta. E, muitas vezes, a vida, o sacrifício, a dor e o sofrimento são para que mais puros, mais transparentes na beleza e no brilho que

transferem para fora, essas pessoas cheguem logo ao lado de Deus.

Eu, que sou franciscano, sempre me comovo ao ver a vida de São Francisco, porque foi uma vida em que ele pedia para sofrer. Pediu as chagas de Cristo, e teve as chagas. E parecia que, por mais que sofresse, mais queria sofrer para ser digno de imitar a vontade de Cristo.

Acho difícil encontrar alguém que tenha alcançado tamanha unanimidade como Sua Santidade, o Papa. Podem os muçulmanos, os turcos, os árabes, os judeus, os israelitas e os maronitas estar em guerra total, mas duvido que alguém tenha uma palavra contra o Papa. Pode o governo americano ter restrições aqui e acolá, mas duvido que alguém tenha uma palavra que não seja de respeito ao Papa. Ricos e pobres, brancos ou negros, jovens ou velhos, aprendemos a conviver até com a imagem do Papa na cadeira de rodas, movendo-se dificilmente, mas falando. Falou o quanto pôde, inclusive entubado, falou até o momento em que a voz não saiu. Sua Santidade fez um gesto, e o povo que estava na praça sentiu o que o Papa queria dizer. E compreendeu.

Rezo para que Deus olhe para o nosso papa, embora não saiba se tenho o direito de pedir para que o Papa continue no seu martírio. Deus é profético, poderia reduzir o sofrimento dele e dar a ele mais algum tempo de vida, porque o papa não morre, o papa não nos deixaria numa hora boa. Nunca o mundo precisou tanto de uma palavra

de paz, de amor, de credibilidade, de firmeza como tem sido a palavra do nosso querido Papa.

Que bom, eu que passarei esta semana aqui em Brasília rezando, se segunda-feira eu puder dizer: o Papa se recuperou, o Papa melhorou. Deus assim quis. Mas seja o que for, o Papa fez por merecer a santidade aqui na Terra. Fez por merecer o respeito aqui na Terra, porque ter a autoridade, o poder, a credibilidade, a respeitabilidade do mundo e tudo isso não o abalar, e deixá-lo com a mesma simplicidade, fazer com que entendesse e desse prioridade ao que é importante... Nunca o Papa disse que havia algo mais importante do que resolver o problema das crianças que estavam morrendo de fome. Nunca o Papa achou que havia algo mais importante do que os países que vivem na fome e na miséria. Saber se conservar, saber ser o mesmo sempre, do início ao fim, essa é a missão de um grande homem, que está conosco não sei até quando, que estará conosco em pensamento pela vida afora.

Eu levo o meu abraço muito afetivo e também as nossas orações a Sua Santidade. E tenho certeza de que falo em nome de todo o Senado.

Ontem, V. Ex<sup>a</sup> disse, desta tribuna, que se leva um minuto para rezar o Pai-Nosso. Que todos nós possamos, neste minuto, rezar um Pai-Nosso pela vida, pelo descanso e pela paz do nosso papa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

# *Falecimento de João Paulo II*

*(Pronunciamento em 4 de abril de 2005)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o mundo inteiro reverencia Sua Santidade o Papa João Paulo II. E é interessante notar que os sentimentos de pesar da humanidade vão muito além da Igreja Católica e das igrejas cristãs. Cultos os mais diferentes, adversários os mais radicais se reúnem numa espécie de abraço fraternal universal em homenagem ao Papa João Paulo II. É que ele, nesses longos 26, quase 27 anos de pontificado, foi bem mais que o representante maior da Igreja Católica. Ele cumpriu suas missões, sim.

Foi um período difícil. A humanidade, a modernidade e a falta de sentimento muitas vezes fazem com que a missão de quem determina o cumprimento da verdade, da justiça e do amor não seja uma missão fácil. Dentro da própria Igreja Católica, encontrou problemas, dificuldades, di-

vergências que teve de decidir. E decidiu como lhe dizia seu sentimento. Mas, quando se trata da figura humanitária, do homem do mundo que foi o Papa, quando se trata do cidadão na defesa dos grandes princípios da humanidade, aí Sua Santidade conseguiu unir todos, representar o sentimento de todos; foi muitas vezes a voz daqueles que não têm voz, daqueles pelos quais nunca ninguém falou.

A imprensa referiu-se ao Papa como conservador. Não consigo ver João Paulo II desta forma. Se por conservador quer-se indicar aquele que não se afastou dos princípios tradicionais da Igreja, diria que sim, que Sua Santidade foi conservador. Mas, se quisermos empregar a palavra com o sentido costumeiro, de alguém acomodado, despreocupado com o conjunto do universo, este Papa jamais foi conservador. João Paulo II foi humanitário, um homem voltado para todos e, de um modo especial, para os que mais necessitavam.

Sua Santidade, ainda que morando num palácio em meio a imponência e o lustro da pompa e das pessoas que o cercam, olhava além: para todos os que dele necessitavam. Por isso, se disse e se repetiu que Sua Santidade foi a voz daqueles que não tinham voz, daqueles que na miséria, na fome, na injustiça se quedavam pelo mundo, desamparados. Lá, no interior da África, da Ásia ou do Brasil foi a voz que falou alto. João Paulo II fez questão de viajar, de percorrer o mundo várias vezes; quatro vezes, esteve no Brasil, cinco, no México, não sei

quantas, na África. Por todos os cantos do mundo, em países não católicos e até contrários ao espírito cristão, como países comunistas e otomanos, Sua Santidade levou a mensagem de paz, de compreensão, de amor, de crença em Deus e que, em nome Dele, todos devem buscar o bem, a confraternização. Por isso, as manifestações vêm de todos os cantos.

Eu assistia na televisão a manifestação do representante da Igreja Israelita em São Paulo, e ele, chorando, dizia que o Papa tinha sido um grande amigo dos judeus, que tinha mostrado carinho, afeto pelos judeus, não só pedindo perdão pela Igreja Católica pelo que ela não fez, mas também pelo que ela fez de menos em defesa dos judeus à época de Hitler. De outro lado, os palestinos agradeciam ao Papa por ter chegado no meio deles, na hora mais difícil, para clamar a paz, o entendimento entre todos os povos e defender os direitos daquela nação.

*O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um pequeno aparte?*

V. Ex<sup>a</sup> não imagina a minha alegria, como católico, no dia em que vi o Papa pedir desculpas aos judeus, entre tantas outras atitudes. A humildade desse homem era imensa, Senador Pedro Simon. Era a humildade ao lado da grandeza. Realmente, foi uma personalidade inigualável.

*O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele esteve na Argentina, certa vez, quando aquele país estava à beira*

de uma guerra com o Chile em razão do canal de Beagle. A interferência dele impediu uma dolorosa guerra entre países vizinhos e irmãos.

A grande bandeira do papa era a defesa dos pobres, dos mais humildes. Na Assembléia das Nações Unidas, onde foi figura máxima, aplaudida de pé, João Paulo II defendeu a tese de que Deus distribuiu as riquezas no mundo para que todos pudessem se locupletar e viver com dignidade, mas que havia uma hipoteca social sobre essas riquezas porque cada um de nós é responsável tanto quanto possível pela sorte de seu irmão. Sua Santidade dizia não entender como algumas nações, riquíssimas, gastassem quantias fabulosas se preparando para guerra. Elas poderiam constituir um fundo para resolver o problema da fome com uma parcela dos recursos gastos com a guerra pelas grandes nações.

O Presidente Lula lembrou essa proposta de Sua Santidade, ano passado, quando esteve na ONU. Lula também defendeu a importância de seguir aquele conselho, para que nações ricas constituíssem realmente um fundo, para que, com ele, a ONU pudesse equacionar o problema mundial da fome.

Normalmente os papas não saem de Roma. Este, contudo, quase não parava em Roma. Percorreu o mundo várias vezes.

É impressionante. Até hoje eu tenho diante de mim

a alegria e a emoção do povo de Porto Alegre com a figura do Papa, ainda jovem, radioso, quando aceitou a cuia de chimarrão e o tomou. Colocaram pala nos ombros de Sua Santidade e toda a população do Rio Grande do Sul começou a gritar: “ucho, ucho, ucho, o Papa é gaúcho!” Ele repetiu, cantando junto: “o Papa é gaúcho!” Eu não me lembro de ter visto alegria, felicidade e emoção tão grande quanto aquela.

O importante é que ele era um papa atlético, acostumado a praticar esporte, a natação. Era um Papa de físico avantajado. As viagens não o perturbavam. Mas, depois daqueles tiros, sua saúde ficou abalada e ele passou a sofrer cirurgia após cirurgia. Os médicos e os cardeais o aconselharam a descansar, a não mais viajar e exercer com serenidade a sua atividade em Roma. Sua Santidade não aceitou essa sugestão. De cadeiras de rodas, de muletas, rastejando-se às vezes, continuou a andar mundo afora.

Evidentemente, com o dom do Espírito Santo, o Papa aprendeu dezenas de idiomas; assim como desceu o Espírito Santo sobre os apóstolos, logo após a ascensão de Jesus, parece que também a Sua Santidade foi dado o dom de falar várias línguas, porque com todos se comunicava em seus respectivos idiomas.

Tive a emoção de estar junto ao Papa ou próximo de Sua Santidade, especialmente quando fui Governador do Rio Grande do Sul. Eu e o Arcebispo de Porto

Alegre, D. Cláudio Colling, fomos ao Vaticano porque Sua Santidade nos havia prometido entregar uma estátua belíssima de Nossa Senhora, Mãe de Deus, que hoje está em Porto Alegre, em um Santuário construído especialmente para ela. Tivemos a oportunidade de estar ao lado do Papa, que nos lembrou com alegria os momentos em que esteve no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil. Sua Santidade disse que o Brasil era um país de grande futuro e que era a maior nação católica do mundo, mas que devia praticar realmente a bondade e a justiça. Falando Sua Santidade, o seu olhar não era deste mundo; os seus olhos fitavam, cravavam na pessoa com quem falava, e nós ficávamos com uma emoção imensa. Nunca me esqueço do seu aperto de mão; eu senti como que uma eletricidade, como que uma força que me era transmitida naquele momento. E a sua palavra vinha do fundo, e continha uma meiguice e uma bondade muito grandes. O Embaixador que estava conosco percebeu o que eu estava sentindo e, como S. Ex<sup>a</sup> já tinha estado várias vezes com o Papa, disse: “Olha, Governador, o que o senhor está sentindo, todas as pessoas que vêm aqui sentem, a sensação de ser um homem dominado pelos dons do Espírito Santo. É que, na verdade, é uma benção estar com Sua Santidade”.

E o Papa João Paulo II se manteve com sua fé até o fim; não quis ir para o hospital, permanecendo nos seus

aposentos. E que cena dramática quando se abriram as janelas do seu quarto, Sua Santidade ali, com os microfones à sua frente, abençoando o povo, sem que sua voz saísse! Viu-se no rosto de Sua Santidade a vontade, o que queria dizer e não conseguia, e as lágrimas nos seus olhos. Aquele povo, aquela imensidão, quando as cortinas foram fechadas, aplaudia e chorava ao mesmo tempo.

Sim, morreu um grande papa. Tenho para mim que, nesse século que passou – um século triste, muito triste –, em que houve duas guerras mundiais que praticamente traumatizaram o mundo inteiro, o papa tenha sido a grande figura. Foi um século de grandes líderes, como Winston Churchill e Roosevelt; mas acho difícil que um nome tenha atingido, durante 26 anos ininterruptamente, a coragem e a bravura de João Paulo II.

Nós, católicos, ficamos a meditar e a rezar. Que fórmula estranha esta de a nossa Igreja escolher o seu chefe: reúnem-se os cardeais reservadamente na Capela Cistina e ficam lá fechados. A grande esperança de todos é que Deus os ilumine e fale por intermédio deles, escolhendo um nome que esteja à altura da hora que o mundo está vivendo. Hoje, mais do que ontem, o mundo precisa disso; talvez nunca como agora o mundo precise disso. Vivemos um tempo em que a humanidade tem referências tão pequenas, tristes, que deixam pouca esperança. Para onde vamos? O que acontecerá com esta globalização, que ima-

ginávamos que equacionaria os problemas das injustiças e da fome? Pelo contrário. Que doutrina haveremos de seguir? Queira Deus que esses cardeais escolham um homem que, com as Suas bênçãos, possa ocupar o espaço de Sua Santidade, o Papa João Paulo II.

Como o mundo inteiro, nós, membros do Congresso Nacional, assim como todo o Brasil, trazemos a nossa mensagem de tristeza, sim, mas também de paz, de muito amor e de muita confiança porque Sua Santidade deixou seu exemplo, que haverá de ser seguido pelo seu povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

# *Sepultamento do Papa*

*(Pronunciamento feito em 8 de abril de 2005)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, assisti, como muitos cidadãos pelo mundo – para nós, o evento começou às 5 horas da manhã – ao enterro de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Já se falou muito e já se conversou muito sobre o Papa, sua vida heróica e sua morte. O que me chamou a atenção naquele espetáculo, que foi considerado a mais fantástica manifestação popular dos últimos tempos – disseram que a população de Roma, que é de três milhões, aumentou para sete milhões com a chegada a Roma de mais quatro milhões –, foi que, quando se encerraram as visitas, as filas enormes saíram e, durante a noite inteira, ficaram numa procissão permanente com luzes por todas as ruas de Roma. E chamaram a atenção porque eram principalmente jovens, os jovens aos quais o Papa se dedicou muito.

Sua Santidade realizou vários encontros mundiais com a mocidade. Esses jovens estavam ali.

Chamou a atenção também o fato de ter sido talvez a maior presença de autoridades registrada – presidentes de repúblicas, primeiros-ministros, reis – na história moderna da humanidade. Nem na ONU nem em outro lugar se encontrou uma manifestação tão intensa, de representações como a dos Estados Unidos, que é cristão, mas não é católico, como a de Israel, que não é cristão nem católico, como dos muçulmanos, como da Índia, como da China e da Rússia, países de certa forma adversos aos princípios da Igreja Católica.

Chamou a atenção também que ali estavam presentes representantes de todas as gamas e variações de crenças religiosas que hoje se multiplicam pelo mundo, desde as mais tradicionais, as igrejas clássicas, que têm sua existência ao longo dos séculos, até as novas que estão aparecendo e surgindo; desde aquelas da África, com seus ritos diferentes, até as da China, com seus 5.000 anos de tradição, muito mais do que o próprio Cristianismo.

Sejamos claros e sinceros, aquela imensidão que estava ali não cultuava o papa católico-romano que morreu, mas o homem que encarnou em si as ansiedades de toda a humanidade, o homem que conseguiu se transportar acima de sua igreja, acima de seus princípios da luta pela Igreja Católica, o que é importante e ele fez. Mas não foram sua

luta e seu esforço na Igreja Católica que levaram o mundo inteiro a parar, assistir ao seu funeral na televisão ou ir a Roma. Foi a sua caminhada.

Sua Santidade voou milhões de quilômetros de avião, visitou quase 150 países em viagens e mais viagens. Foi um recordista mundial, entre os chefes de Estado, fazendo viagens pelo mundo inteiro. Ele não viajava apenas para colaborar com a Igreja Católica ou para dinamizá-la, como no Brasil, por exemplo. Fez viagens à África, onde há lugares em que não há o Cristianismo, à Índia, à China, um país comunista, a Cuba, de Fidel Castro. Linda a declaração escrita por Fidel Castro no livro, quando assistiu à missa depois de não sei quantos anos, dizendo que o Papa era um amigo dos pobres e um amigo do mundo! É essa a figura.

Volto a esta tribuna, na minha ansiedade, na minha tentativa de expressar aquilo que sinto, mas que, infelizmente, a minha pouca capacidade e o meu entendimento não profundo não me permitem. E hoje, de madrugada, vivi isso. Ali se viu o momento em que se há de entender que, americano milionário e África pobre, Cuba comunista e Brasil democrata, igrejas variadas, brancos, pobres, há um entendimento, há uma fórmula por meio da qual temos condições de nos entender, de nos respeitar, de nos darmos as mãos e juntos partilharmos parte da colaboração para que a humanidade vá adiante.

Não é possível que este terceiro milênio, que nasceu com tanta expectativa de todos, com os votos e com a ansiedade de todos no sentido de que este seria o terceiro milênio da paz e da unanimidade universal, seja um milênio em que, até aqui – Deus me perdoe –, o único acontecimento em que se viu a unidade, o entendimento, a fraternidade, o mundo em torno de uma causa foi ali, ao lado do Papa morto.

Fora disso, é a invasão do Iraque, são as guerras no Oriente Médio, os desentendimentos na Europa, as lutas, o aumento da mortalidade infantil, os dramas tremendos que a humanidade vive.

Fiquei a pensar: meu Deus do céu! Meu Deus do céu! Hoje enterrou-se o Papa, que encerrou a sua trajetória. Se houvesse uma chance no espírito de hoje, que ali a gente sentia no ar, se aqueles Chefes de Estados, em vez de cada um voltar para o seu dia-a-dia, ficassem mais dois dias ali em Roma? Poderiam reunir-se para botar no papel uma tentativa de entendimento mundial, em que se analisassem as possibilidades e perspectivas para que esse mundo tenha um pouco mais de paz e de compreensão!

Mas, meu Deus, se isso fosse possível. Um milagre!

Se o Bush, que foi o primeiro a chegar, justiça seja feita, mas também o primeiro a sair; se o Lula, que tinha de sair correndo em direção à África, porque lá o esperam; se todos pudessem ter ficado, a ONU poderia ter convocado

uma reunião extraordinária, e os Chefes de Estado ficariam mais 48 horas. Poderiam pensar: vamos aproveitar que está todo mundo aqui, vamos para a sede da UNESCO, vamos fechar as portas e vamos discutir. Vamos tentar fazer um documento, um documento singelo. Vamos ver o que nos une e vamos esquecer aquilo que nos desune. Vamos esquecer as questões que nos separam e tentar colocar no papel as questões em que somamos.

Há alguém, há algum país nesse mundo que não queira viver em paz? Será que a paz não é uma unanimidade? Há alguém nesse mundo que não reconheça que é uma crueldade milhares de crianças morrerem de fome diariamente, sabendo que sobra alimento, que o alimento apodrece, inclusive no Brasil, por falta de condições? Não seria possível fazer uma plataforma, uma proposta singela e simples?

Aquilo que o Papa disse na ONU: “O que as grandes nações gastam se preparando para a guerra...” Para uma guerra que não existe, desnecessária, a invasão ridícula do Iraque pelo americano, que não foi nem sequer uma guerra. Não houve uma guerra entre o Iraque e os Estados Unidos. O americano foi lá, dominou, desmanchou e invadiu o Iraque. Não houve guerra. Hoje, ninguém está falando em guerra, porque tem o senhor absoluto, que é o americano. Quem imagina que vai lutar contra o americano? Não há perigo de guerra. Então, para que as nações gastam

fortunas se preparando para a guerra? Com o que se gasta mais hoje no mundo?

Saiu daqui a querida senadora do PT, falando no problema das crianças que morrem no seu Estado por falta do pré-natal. Hoje, os gastos maiores não são com saúde, comida, construção, ciência ou pesquisa científica. Os maiores gastos no mundo, hoje, são feitos com a preparação para a guerra, com armamento. O déficit americano é fantástico por causa da fantástica verba destinada à preparação para a guerra.

E o Papa disse que, se a ONU pudesse tabelar, determinar um percentual dessa verba, sob a sua fiscalização e comando – não se proibiria a produção de armamento –, destinando-o para resolver o problema da fome, da miséria e da habitação no mundo, em 10 anos, isso estaria resolvido e sobraria dinheiro.

Será que somos tão insensíveis que não entendemos uma coisa dessas? Será que estamos tão fora da realidade e, de repente, nos transformamos em bestas humanas que não temos sensibilidade?

É verdade que cada um de nós, do mais pobre ao mais rico, passa a vida correndo atrás daquilo que considera importante. No caso da classe média, é a empregada, é a comida, é a conta de luz, de água, de telefone, é o filho, sua escola, é a doença, o trabalho, o emprego. Temos uma

infinidade de problemas, e isso faz com que, às vezes, não tenhamos tempo de olhar para o lado e entender que não adianta se matar.

Por exemplo, um cidadão que vive no Rio de Janeiro, um cidadão que é o mais rico, o mais competente, o mais capaz, fez fortuna, pode viver tranqüilo lá, pode morrer sossegado e dizer que está tranqüilo com relação aos seus filhos? Não, porque, de repente, seus filhos podem ser seqüestrados, mortos, assaltados, como tem acontecido com tantas pessoas.

Hoje, ninguém pode dizer que está tranqüilo. É aquilo que dizia Josué de Castro: há aqueles que não dormem porque estão com fome e há aqueles que não dormem porque têm medo daqueles que estão com fome. Hoje, o problema é exatamente esse. Temos nossos problemas, temos que resistir a eles, ao desemprego, ao avançar da idade. Há mil coisas, mas, se cada um deixar sobrar um espaço de tempo para olhar em volta, para olhar para o conjunto... Se, de repente, todos nós olhássemos para o conjunto, o mundo mudaria, o Brasil mudaria.

Ouçõ o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio – PMDB – PA) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> foi prorrogado por mais cinco minutos, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

*O Sr. Alvaro Dias* (PSDB – PR) – Apenas, Senador Pedro Simon, desejo dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade para fazer o pronunciamento que faz, e suas palavras são conseqüência da profunda religiosidade da sua alma. Ninguém tem mais autoridade do que V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa para fazer a abordagem que faz, buscando os exemplos do Papa e tentando refleti-los para que todos nós possamos, enfim, tê-lo como referência para a nossa atuação pública. Eu gostaria de destacar que considero o clímax da atuação do papa o momento do perdão, quando ele, com humildade, pediu perdão pelos pecados cometidos pela Igreja Católica durante sua história. Quem não tem a capacidade do perdão não tem também o merecimento de ser perdoado. O Papa nos dá essa lição. Creio que todos nós devemos aprender inúmeras lições que o Papa nos lega, mas esta, para mim, é a lição superior que devemos recolher.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito feliz e oportuno o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, o Papa teve a humildade de ir a Israel e lá, no Muro das Lamentações, colocou um bilhete escrito por ele, dizendo que a Igreja Católica pedia perdão por não ter dado a atenção que devia ao holocausto naquele momento.

De fato, o Papa teve condições de fazer isso. Teve a grandeza de reconhecer desde os grandes erros do passado na época difícil da Igreja, quando pediu desculpas àqueles que sofreram até a maldição da Igreja, e hoje sabemos que houve um erro. Que bom se conseguirmos, Sr. Presidente!

Eu queria acrescentar que foi muito bonito o gesto de Lula de se fazer acompanhar pelo Presidente Sarney e pelo Presidente Fernando Henrique para se unirem ao Presidente Itamar, levando também as várias religiões, representantes de várias Igrejas.

Depois de Roma, Lula irá à África pela terceira vez. É extremamente significativo o trabalho do Itamaraty de aproximação com os países da África, inclusive com o perdão de parte da dívida de alguns países daquele continente – é pouca coisa, mas também nós somos pobres; se tivéssemos percentuais semelhantes de nossa dívida perdoados, seria uma maravilha. É muito importante essa unificação que Sua Excelência está promovendo, essa valorização da identidade com os países africanos.

No mês que vem, teremos aqui no Brasil uma reunião, coordenada pelo Itamaraty, entre os países do mundo árabe e os países da América Latina, com o objetivo de buscar o entendimento e o entrosamento, já que são países que têm muitas coisas a trocar, são países que têm muitas possibilidades para se acertarem e têm em comum o fato de ser países que vivem explorados pelos maiores. Ficou claro que essa reunião não terá nada a ver com os problemas entre árabes e israelenses, mas será uma reunião de grande entendimento.

Talvez seja utopia pensar assim, talvez possa ser visto como um risco, mas acho que o Presidente Lula poderia

iniciar um movimento para tentar buscar, junto aos chefes das grandes nações, a criação de um fundo para salvar os milhões que morrem de fome e que dormem nas ruas. Se o Presidente Lula encampasse essa missão, com a credibilidade que tem hoje em nível internacional e com o apoio que certamente teria do povo brasileiro, obteria resultados muito positivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

# *Escolha de Bento XVI*

*(Pronunciamento de 25 de abril de 2005)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, assisti, desde a morte de João Paulo II, à caminhada e ao esforço feito no Vaticano para a escolha do seu sucessor.

Trata-se de um momento bonito da Igreja. Independentemente dos católicos, dos cristãos, o mundo acompanha esse momento por se tratar de uma escolha que define os rumos de um grupo importante da humanidade, grupo formado por mais de um bilhão de pessoas.

Vi a chegada dos Cardeais. Vi a beleza da despedida feita a João Paulo II, um homem que, muito além da sua religião, foi um cidadão do mundo, e o mundo lhe prestou homenagens, porque ele pregava o amor, pregava a paz, pregava a liberdade, pregava a unidade, principalmente aos mais pobres e aos mais humildes. E vi a angústia e a preocupação de quem seria o seu sucessor.

A escolha foi rápida, uma das mais rápidas que já houve. Foi escolhido um cardeal, se não me engano, o segundo mais velho, 78 anos, alguém que estava há mais de 20 anos no cargo mais difícil e, atrevo-me a dizer, mais antipático que pode existir em uma instituição: o de julgar. Deus já disse: “Não julgueis para não serdes julgados. Com a mesma força que julgares haveis de ser julgados”.

Se há uma profissão que nunca pensei em ser é a de juiz porque não teria condições de fazê-lo, e a minha índole é mais a de perdoar do que fazer justiça e impor o que deve ser feito. O seu cargo era difícil, muito difícil, e foi exercido por um longo período, muito longo. E o Cardeal, pelo seu estilo e comentários, era um homem simpático, com uma extraordinária cultura, principalmente teológica, mas, quando se dirigiam a ele, era pessoa simples e encabulada.

Escolhido, eu não vim a esta tribuna. Fiquei esperando, porque não esperava que fosse ele quem ganhasse. E as críticas, acho que até exageradas, de alguns brasileiros, críticas inclusive ásperas, infelizes digo eu, fizeram-me ficar precavido e aguardar o modo como ele iria iniciar seu pontificado. É interessante salientar que o sermão que ele fez em homenagem a João Paulo II, na missa de corpo presente daquele Papa, pregando idéias firmes de uma igreja agarrada a princípios, foi um pronunciamento muito diferente do que ele fez ontem. Levantei-me às cinco horas da manhã para assistir. Na verdade, o que alguns diziam, entre os quais

o Senador Marco Maciel, creio que começou a acontecer. O Papa Bento XVI fez o seu primeiro discurso, o primeiro como Papa, muito diferente dos que tinha feito anteriormente. Parecia outra pessoa. E, verdadeiramente, era uma outra pessoa. Uma coisa é alguém estar ali para julgar, com a responsabilidade de julgar, durante 20 anos, fechado na sua cúpula e vendo o mundo lá longe. Outra coisa é o homem ser papa e olhar para o mundo, principalmente para os que mais precisam, os mais humildes. O papa não tem obrigação de julgar, nem de decidir, mas de olhar para o contexto da humanidade. E ele fez o seu pronunciamento. “Não me perguntem o meu programa, nem o meu pensamento. O meu pensamento é o pensamento do povo, dos meus bispos. Eu quero ouvir o pensamento dos que estão em roda de mim. Não me abandonem!” – disse ele numa reunião inédita, pois, pela primeira vez, um papa, eleito, se reúne fechado com todos os cardeais, os que o elegeram e os que não o elegeram por terem mais de 80 anos, e pediu-lhes com piedade: “Venham falar comigo! Venham colaborar! Venham dizer o que pensam! Eu preciso de vocês!” E o que dizia Dom Cláudio Hummes aconteceu: o desejo de encontrar uma Igreja mais aberta, onde os bispos tenham mais presença e ela seja mais universal.

Eu creio nas forças do Espírito Santo e creio que essas forças agem, e estão agindo, no sentido de que aquele homem, naquela idade, assim como João XXIII, colocado

numa transição, foi o Papa mais revolucionário dos últimos tempos, convocando o Concílio Vaticano II e fazendo as maiores transformações que tivemos na história da Igreja moderna. Eu confio que esse Papa vai seguir o caminho, como disse ontem: “Vou falar com os meus irmãos de todas as religiões, inclusive os judeus. Vou falar com aqueles que acreditam em Deus e com aqueles que não acreditam. Vou falar com toda a humanidade e vou dialogar com todos em seu conjunto”.

*O Sr. Marco Maciel* (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

*O Sr. Marco Maciel* (PFL – PE) – Nobre Senador Pedro Simon, estou ouvindo, como toda a Casa, com muita atenção, o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. E V. Ex<sup>a</sup> fertiliza a discussão que se abriu a partir da eleição do Papa Bento XVI. Eu começaria o meu breve aparte chamando a atenção para o fato de que V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão. É que partimos do pressuposto de que o conclave que escolhe um Papa não é dominado, como nos conclaves políticos, em nossas convenções, por temas mundanos, terrenos, circunstanciais, efêmeros muitas vezes, e sim que um conclave dessa natureza se reúne sob a inspiração do Espírito Santo e, portanto, há uma variável, que não é humana, que interfere na escolha de um Papa, a quem incumbe o papel de continuar

a pregação de Pedro, ou seja, de ocupar a cadeira Petrina e não somente anunciar o Evangelho, mas também dialogar com outras confissões religiosas. João Paulo II nisso foi um Papa que teve presente essa preocupação, com a “inculturação” da fé, com o diálogo inter-religioso e com o convívio ecumênico. Foi o primeiro papa a visitar uma mesquita, a estar com os muçulmanos; foi o primeiro papa a ir a uma sinagoga conversar com os rabinos, os judeus – a quem ele chamava “os irmãos mais velhos na fé”. Esteve com a Igreja Anglicana e procurou estar com a Igreja Ortodoxa russa. Se isso não foi possível não foi porque ele não quisesse e, sim, por dificuldades que, na ocasião, foram oferecidas pelo próprio patriarca russo. Por fim, devo dizer que o seu sucessor, o hoje Papa Bento XVI, além de ter sido um operoso e diligente auxiliar de João Paulo II, é também um grande teólogo, o que está demonstrado em exposições que fez ao longo do tempo em que ocupou um dicastério extremamente importante, a Congregação para a Doutrina da Fé; provou ser pessoa extremamente dotada, tendo inspirado João Paulo II em algumas de suas encíclicas mais relevantes, como, por exemplo, *Fides et Ratio*, ou Fé e Razão. Nessa encíclica, de alguma forma, mostra que entre fé e ciência não há nada de intransponível, pelo contrário. Se alguém desejar apontar alguma contradição, essa será falsa contradição. Além disso, o Papa Bento XVI é, como era também o Papa João Paulo II, uma pessoa extremamente simples e humilde. Embora fosse dos mais cultos dos cardeais da Igreja, não se jactava disso.

Daí por que não me surpreende que esteja agora, como salienta V. Ex<sup>a</sup>, conduzindo-se muito bem e, de alguma forma, fazendo com que se renovem as esperanças, já que a Barca de Pedro está em boas mãos e, conseqüentemente, podemos esperar um excelente pontificado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e digo que, se às cinco horas da madrugada, com angústia, acompanhei aquela missa, às nove horas, era com emoção, quase com lágrimas, que via o encerramento. Primeiro, o seu pronunciamento, trinta vezes aparteado com emoção, e depois o fato de ele andar, com seu carro aberto, ao lado daquelas 400 mil pessoas deixaram-me uma mensagem de esperança. A divisão entre a Igreja voltada internamente para seus pensamentos, seus sentimentos, seus dogmas e a Igreja voltada para o povo, para o social não pode ser colocada assim: essa ou aquela.

Creio que exatamente aquele que estava no lugar mais difícil e fechado da Igreja, como Cardeal, vem agora como Papa e fará completamente diferente do que fez como Cardeal. Agora, Sua Santidade olhará para a humanidade, por todos, para os jovens e para os problemas e dramas que vive a humanidade; até para os problemas dos não-casados, para a questão dos nascimentos e tudo mais. É um Papa que estará debatendo e discutindo.

O Cardeal de São Paulo desconfia que Sua Santidade convocará o Vaticano III. Para Sua Eminência dizer isso,

deve ter sentido algo nessa direção, ou seja, que seria importantíssimo, em uma hora tão duvidosa, tão negra na humanidade, em termos de princípios, de valores, de globalização, dos caminhos para onde se vai, se a Igreja fizesse uma reunião dessas para a sua profunda meditação.

Eu não sou ingênuo, nem tenho autoridade para dizer aqui o que vai ser, como vai ser. Mas tenho autoridade e sentimento para dizer que o primeiro passo, o primeiro dia, as primeiras medidas demonstram que não era aquilo que alguns que pertenceram à Igreja e hoje não pertencem mais afirmaram. Eles foram, na minha opinião, exageradamente ásperos, de uma falta de caridade, na análise de um homem que estava começando.

Creio que o início foi positivo. Que Sua Santidade, numa hora em que talvez o vazio esteja tão grande, possa ocupar esse lugar; que possa ser o mentor que dialogue com o mundo e busque o entendimento entre todos.

Que bom que o início tenha sido assim! E que nós todos possamos esperar, rezar e até torcer para que esse Papa, ao contrário do que alguns pensam, traga posições importantes para sua Igreja, para seu povo e para a humanidade.

Acho que a hora é difícil, triste, dura, com incógnitas enormes, interrogações permanentes, fome, miséria. Creio que a Igreja Católica tem condições e a obrigação de atuar

no sentido de fazer efetivamente o que prega a sua fé, o que pregam os nossos princípios e a nossa doutrina. Uma Igreja de paz, de amor, voltada para todos, principalmente para os que mais necessitam.

Que Deus e que o Espírito Santo sejam, realmente, os grandes conselheiros e estejam ali a orientar e a determinar as decisões importantes que Sua Santidade haverá de ter nos próximos dias e no seu papado. Que Deus o abençoe e a todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900  
Brasília – DF

OS. 6796/2004

“De repente, surge à porta da loja um menino maltrapilho: um pé descalço, outro arrastando uma sandália arreventada, olhos fixos nos instrumentos de corda: violas, violões e bandolins. Logo, os vendedores da loja transmutaram-se em verdadeiros seguranças, com os olhos fitos naquele menino que se vestia pobremente. O garoto permanecia, quase que hipnotizado, diante de um cavaquinho. Olhando-o, parecia transportar-se para um outro mundo. Imaginava-se, talvez, num recital no mesmo ar livre que lhe servia de abrigo nestas noites frias de final de outono. Imaginava-se dedilhando aquele instrumento no meio de uma orquestra, uma orquestra que, certamente, incluiria seus amigos de relento.”

**Senador Pedro Simon**